

Uma gestão pelo diálogo



Esmape

Relatório de Gestão 2016/2017

Uma Gestão pelo Diálogo





Sede da Escola Judicial de Pernambuco (Esmape), inaugurada no dia 02 de fevereiro de 2018.



© Copyright by Esmape – Escola Judicial de Pernambuco

Coordenação Editorial e Redação

Bela. Joseane Ramos Duarte Soares
(DRT-6170/PE)

Fotografias

Gleber Nova
Diretoria da Esmape
Anderson Freitas | Agência Rodrigo Moreira

Projeto Gráfico e Diagramação

David Jansen de Oliveira - Ascom/TJPE

E74r Escola Judicial de Pernambuco – Esmape
Relatório de Gestão – Biênio 2016-2017 / Escola Judicial de
Pernambuco – Esmape. – Recife : Esmape, 2018.
198p.: il.

1. ESCOLA JUDICIAL DE PERNAMBUCO – RELATÓRIO. 2. ESMAPE –
RELATÓRIO. I. Título.

CDU 34(813.4)

CDD 340

Tiragem: 300 exemplares

“O momento é de desafio, mas não causa apreensão diante do apoio que receberemos da presidência. As Escolas Judiciais têm grande importância na etapa de admissão do juiz para adquirir a formação inicial e o vitaliciamento, com a responsabilidade permanente no seu aperfeiçoamento de magistrados, como também dos servidores do Poder Judiciário. Integrá-los num sistema harmônico, buscando um ideal de excelência técnica e ética é o nosso objetivo.”

Desembargador Eurico de Barros Correia Filho
Diretor-geral da Escola Judicial de Pernambuco – ESMAPE



Sumário

O começo	11
----------------	----

A posse

A Escola Judicial de Pernambuco - 30 anos.....	14
Valores	17
Missão	17
A Diretoria Geral - Biênio 2016-2017	19
Conselho de Coordenadores.....	19
Equipe de Servidores.....	20
Secretaria Executiva.....	20
Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.....	20
Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores.....	20
Estrutura de Governança	21
Missão cumprida	22
Quando dois e dois são cinco.....	24

Nova Sede

A Construção do Complexo Acadêmico	28
Desembargador Eurico de Barros Correia lança livro impresso na gráfica da Esmape.....	36
Infraestrutura Predial	38

Supervisão

Supervisão com foco na qualidade	41
Ampliando os cursos de pós-graduação.....	42
Certificação da primeira pós-graduação em Garanhuns	44

Primeira turma de pós-graduação em Direito Público conclui o curso	45
Em Recife, é implantado curso de pós-graduação à noite	46
Em Caruaru, Esmape realiza cerimônia de formatura para turma de pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal	47

Secretaria Executiva

Execução com foco na agilização	50
Escola Judicial resgata sua marca	52

Magistrados

Cursos de Formação Inicial.....	55
Novos juízes têm formação interdisciplinar.....	56
65 novos juízes no TJPE	58
A magistratura aberta ao diálogo com a imprensa	68
Cursos de Vitaliciamento.....	70
Cursos de Aperfeiçoamento.....	72
Formando formadores: As metodologias ativas.....	74

Servidores

Educação corporativa: prática pedagógica com estudo de caso	78
A opção pela Educação a Distância (EaD)	81
Ensino do Processo Judicial eletrônico (PJe)	82

Parcerias

Parcerias institucionais otimizam recursos	86
Convênio com a escola do Tocantins.....	88
Diálogo: Esmape e Amepe se unem para aperfeiçoar magistrados	89
Encontro com Diretores de Escolas Judiciais da Região Nordeste	90

Convênios Internacionais

Em Portugal e Alemanha	94
Em Nova Iorque, magistrados e servidores estudam o sistema jurídico americano.....	97
Na Espanha	98
Intercâmbio com universidades espanholas é sucesso	100
Esmape coordena missão técnica à Suécia	103
Visita à Colômbia	104

Interiorização e descentralização

Polo de Desenvolvimento Regional de Garanhuns.....	106
Núcleo Regional da Esmape em Serra Talhada	107
Núcleo Regional da Esmape em Arcoverde.....	108

Eventos

8º Congresso de Direito de Informática e Telecomunicações	110
Diálogos sobre relações familiares	111
Congressos Pernambucanos de Direito Notarial e Registral fazem parte do calendário anual	112
Qualidade de vida e o novo CPC foram assuntos do III Fórum Nacional dos Oficiais de Justiça....	114
I e II Fórum das Equipes Interprofissionais da Infância e Juventude	115
FOJEPE debate Novo Código de Processo Civil.....	116
FOMACRIM se consolida como evento anual	117
Fórum de Precatórios e Requisições Judiciais.....	118

Ministro Marco Aurélio Buzi realiza palestra sobre conciliação	119
Fóruns sobre Direito Médico	120
Copedem: em busca da excelência de ensino	124
Fórum Aspectos do Novo CPC	126
Curso marca os 100 anos do Código Civil	129
Esmape e CEJ promovem evento para marcar os 200 anos da Revolução de 1817	130
I Fórum de Seguro de Pernambuco	131
Jurista Fredie Didier Júnior abre a Jornada Recife de Direito Processual Civil	132
IX Congresso Pernambucano de Direito Civil	133
Curso de Aperfeiçoamento em questões de gênero e raça para magistrados e servidores do TJPE.....	134
Esmape comemora um ano de vigência do novo CPC.....	137
Fórum Internacional sobre Justiça Restaurativa	138
Esmape condecora personalidades	140
Agraciados com a Medalha de Honra ao Mérito Juiz Aluiz Tenório de Brito	141
Agraciados por ocasião do 30º aniversário da Esmape, inaugurada em 11 de agosto de 1987	146
Medalha Antonio Rulli Júnior	147
Esmape aperfeiçoa comunicação com o público externo	149
Um diretor-geral dinâmico e presente.....	153
Discurso do desembargador Eurico de Barros Correia Filho, na ocasião do encerramento da gestão, como diretor-geral da Esmape	159

Apêndice

Pós-Graduação em Números.....	164
Magistrados em números	166
Representação gráfica	172
Cursos PJe em números	174
Servidores em números.....	186
Representação Gráfica	198



O começo

No dia 05 de fevereiro de 2016, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Leopoldo de Arruda Raposo, empossou os desembargadores Eurico de Barros Correia Filho e Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto nos cargos de diretor-geral e vice-diretor, respectivamente, da Escola Judicial de Pernambuco – (Esmape) para o biênio 2016/2017.

A solenidade comemorativa aconteceu dia 15 de fevereiro, no Palácio da Justiça, Salão do Pleno, e reuniu familiares, amigos e autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O presidente Leopoldo Raposo saudou os presentes e falou da importância da Esmape na formação humanística dos magistrados e servidores para desenvolver cada vez mais a consciência crítica acerca dos aspectos sociais.

Na oportunidade, o desembargador Eurico de Barros Correia afirmou que o momento era de desafio, mas que não causava apreensão diante do apoio que receberia da Presidência. “O momento

é de desafio, mas não causa apreensão diante do apoio que receberemos da presidência. As Escolas Judiciais têm grande importância na etapa de admissão do juiz para adquirir a formação inicial e o vitaliciamento, com a responsabilidade permanente no seu aperfeiçoamento de magistrados, como também dos servidores do Poder Judiciário. Integrá-los num sistema harmônico, buscando um ideal de excelência técnica e ética é o nosso objetivo”, enfatizou.





A Escola Judicial de Pernambuco - 30 anos

Com o objetivo, inicialmente, de aprimorar o conhecimento dos juízes para o exercício da função judicante e capacitar servidores, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), em conjunto com a Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe), inaugurou, no dia 11 de agosto de 1987, a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), momento em que se comemorava o 160º aniversário da instalação dos Cursos Jurídicos do Brasil.

A solenidade foi presidida pelo então presidente do Tribunal de Justiça, o desembargador Cláudio Américo de Miranda, e contou com a participação dos juízes Aluiz Tenório de Brito, presidente da Amepe, e Nildo Nery dos Santos, eleito o primeiro diretor da Escola.

Na ocasião, a aula inaugural foi proferida pelo desembargador Cristovam Daiello Moreira, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do



Sul, fundador da primeira Escola de Magistratura no país. No entanto, após essa aula, a Esmape retomaria suas atividades em 10 de setembro do mesmo ano, com a instalação do primeiro curso dirigido aos magistrados aprovados em concurso, sob a supervisão do juiz Og Marques Fernandes e reconhecido pela Resolução nº 24, de 31 de março de 1987, do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Lançada a semente, a Esmape cumpriu o seu papel em preencher uma lacuna existente no Estado na formação de magistrado - e foi mais além: tornou-se um centro de excelência acadêmica, reunindo todos os operadores do Direito que perseguem uma educação continuada e o aperfeiçoamento ético e profissional.

Cursos, palestras, simpósios, jornadas e congressos sempre fizeram parte do dia a dia da Escola, que mantém até hoje o intercâmbio regular com renomados expositores do Brasil e exterior.

Com um corpo docente altamente qualificado, composto de especialistas, mestre e doutores, além de contar com muitos funcionários também pós-graduados, a Escola sempre investiu na qualidade de seus serviços. Com o tradicional curso de Preparação à Magistratura e Demais Carreiras Jurídicas, elevado ao nível de especialização em 2006, a Esmape estendeu seu portfólio e implantou os cursos de pós-graduação lato sensu, e os cursos de extensão. Em 2010, a Esmape oferece, em parceria com a Universidade de Lisboa, o primeiro curso de Mestrado, voltado às áreas de Ciências Jurídicas e Direito Constitucional.

Em 07 de junho de 2013, a Escola da Magistratura se tornou oficialmente o órgão de ensino e aprendizagem do Tribunal de Justiça de Pernambuco

(TJPE), transformando-se em Escola Judicial de Pernambuco, cuja a finalidade é a realização de cursos de preparação, formação inicial, vitaliciamento e aperfeiçoamento de magistrados - atendendo às normativas da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), e a qualificação de servidores do Judiciário estadual.

A Escola Judicial é vinculada à Presidência do TJPE e atua em parceria com o Centro de Estudos Judiciários.

Sempre sintonizada com a missão do Tribunal de Justiça de Pernambuco e atenta as transformações sociais, a Escola Judicial oferece caminhos para a educação continuada de magistrados e servidores a fim de propiciar serviços jurisdicionais eficientes e eficazes à população.





Missão

Foco na formação e desenvolvimento profissional de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco, garantindo um ensino de qualidade e assegurando a melhoria contínua da prestação jurisdicional.

Valores

- Ética
- Igualdade
- Justiça
- Cidadania

Respeito à diversidade

Responsabilidade e compromisso com a celeridade processual



A Diretoria Geral – Biênio 2016-2017

Desembargador Eurico de Barros Correia Filho

Diretor-geral

Desembargador Francisco Eduardo Sertório Canto

Vice-diretor

Juiz Saulo Fabianne de Melo Ferreira

Supervisor

Conselho de Coordenadores

Juíza Ana Cláudia Brandão de Barros Correia Ferraz

Coordenadora Pedagógica Geral e de Pós-Graduação Lato Sensu

Juiz Sílvio Romero Beltrão

Pós-Graduação Stricto Sensu

Juiz José André Machado Barbosa Pinto

Formação Inicial de Magistrados

Juiz André Vicente Pires Rosa

Vitalicamento de Magistrados

Juiz José Ronemberg Travassos da Silva

Aperfeiçoamento de Magistrados

Juíza Adriana Cintra Coelho

Aperfeiçoamento de Servidores

Juiz Rafael Cavalcanti Lemos

Programas Internacionais

Desembargador Demócrito Ramos Reinaldo Filho

Extensão e Eventos Científicos e Culturais

Juíza Catarina Vila-Nova Alves de Lima

Ensino à Distância

Juiz Gabriel de Oliveira Cavalcanti Filho

Relações Institucionais

Juiz Alexandre Freire Pimentel

Informatização Jurídica

Juiz José Raimundo dos Santos

Preparação à Magistratura e Cursos Externos

Juiz Sérgio Paulo Ribeiro da Silva

Juiz Janduhy Finizola da Cunha

Tabelião Ivanildo Figueirêdo

Alda Lúcia Soares Paes de Souza

Extrajudicial

Juiz Ruy Trezena Patú Júnior

Conciliação e Mediação

Juíza Patrícia Caiaffo de Freitas Arroxelas Galvão

Formação Inicial de Servidores

Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo

Infância e Juventude

Juíza Ana Luiza Wanderley Mesquita Saraiva Câmara

Juíza Fernanda Pessoa Chuahy de Paula

Juizados Especiais

Juiz Teodomiro Noronha Cardozo

Pesquisas Científicas

Equipe de Servidores

Secretaria Executiva

Wagner Barboza Lucena

Secretário Executivo

Maria José Monteiro F. de Albuquerque

Assessora Técnica

Elivânia Carneiro Bezerra

Francisca Silvânia Rodrigues Jorge Machado

Egineusa de Oliveira Jordão

Gerência de Apoio Administrativo

Joseane Ramos Duarte Soares

Núcleo de Biblioteca e Comunicação

Gleber Nova

Núcleo Audiovisual

Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

Antônio Fabiano Galvão

Diretor

Raquel Azevedo

Diretora Adjunta

Karla Salvador

Claudia Franco Melo da Silva

Bruno Andrade Barbosa Cavalcante

Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores

Unidade de Magistrados

Rosalie Campos

Diretora

Gustavo de Paiva Sousa

Diretor Adjunto

Fernanda Carla de Melo Barbosa Lima

Gerência de Pós-Graduação

Maria Goret Cavalcanti Araújo

Unidade de Pós-Graduação

Marize Marinho

Gerência de Formação de Servidores

Adriana de Carvalho

Gerência de Aperfeiçoamento de Servidores

Marcela Penha de Sousa Oliveira

Unidade de Controle Acadêmico

Maria Dalva Pereira Cavalcante

Unidade de Trabalhos Científicos

Micheliny Pessoa

Gerência de EAD

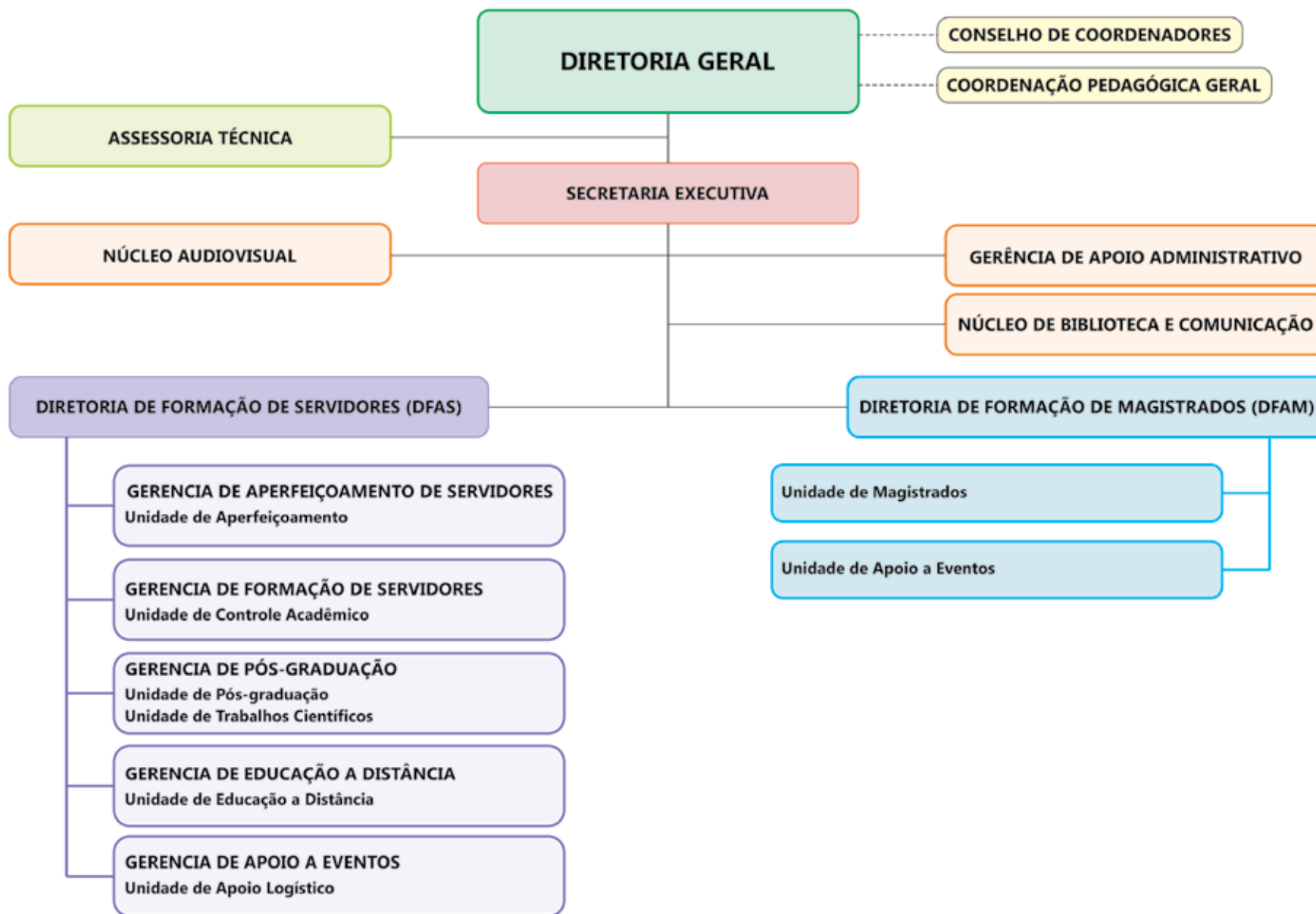
Daniela Costa

Unidade de EAD

Geisa Rosalia de Carvalho Martins

Unidade de Servidores

Estrutura de Governança





“Particularmente, eu sou um apaixonado das escolas judiciais. Fui aluno, professor, vice-diretor e agora, diretor da Esmape. Isso muito me orgulha.”

Desembargador Eurico de Barros Correia Filho
Diretor-geral

Missão cumprida

Quando fui escolhido para dirigir a Escola Judicial de Pernambuco – Esmape, tratei de envidar esforços para que fosse retomada a construção da nova sede, iniciada há mais de seis anos, época em que o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Leopoldo Raposo, dirigia a instituição e eu ocupava a vice-diretoria. Foi um dos maiores desafios da gestão, vencer os trâmites burocráticos e a falta de recursos orçamentários para alavancar os projetos que hoje tornam a estrutura da Esmape um complexo acadêmico para os próximos 20 anos.

Sou grato ao presidente do TJPE, desembargador Leopoldo Raposo, que me apoiou nas decisões e investimentos. Em 2016, houve a repentina interdição, por laudo de inspeção de engenharia, do prédio situado na Rua Imperador Pedro II, centro do Recife. Foi preciso transferir as atividades da Escola Judicial para outros edifícios do Tribunal. As equipes foram divididas, mas não o foco nas realizações.

Houve a expansão dos cursos de pós-graduação, extensão e aperfeiçoamento, presenciais, e a implantação do ensino a distância. Com a proposta de descentralizar o ensino, foram abertos polos nas cidades de Arcoverde e Serra Talhada, para somar aos já existentes – Caruaru, Garanhuns e Petrolina. Parcerias foram firmadas com escolas

nacionais de magistratura; convênios assinados com instituições locais de ensino superior e intercâmbios concretizados com mais universidades estrangeiras.

Hoje, os programas de capacitações da Escola Judicial atendem aos critérios para promoção por merecimento de magistrados e à progressão funcional dos servidores, além de serem incentivos ao crescimento pessoal. Todos os ramos do Direito, sobretudo, no que diz respeito as alterações legislativas foram debatidos exaustivamente, a exemplo do novo Código de Processo Civil.

Outra iniciativa foi a volta do funcionamento, precisamente, no final de 2017, do parque gráfico da Esmape, importante para impressão da Revista da Esmape, do jornal e publicações do TJPE.

Particularmente, eu sou um aficionado das escolas judiciais. Fui aluno, professor, vice-diretor e agora, diretor da Esmape. Isso muito me orgulha. Deixo como legado para o meu sucessor, a busca incessante pela melhoria da qualidade de ensino, mas, principalmente, o reconhecimento de instituições nacionais e internacionais pela produção acadêmica da Escola Judicial. Missão cumprida!

Quando dois e dois são cinco

Como vice-diretor espero ter cumprido com meu papel institucional: ter sido invisível quando presente!

A gestão do desembargador Eurico de Barros Correia Filho, para mim, foi inesquecível. Por quê?

Porque assumir tal responsabilidade e enfrentar, logo no primeiro dia, a interdição da sede, por motivos de segurança, e ter sobrevivido a isso e a todas as consequências, legando, ao fim e ao cabo, uma belíssima nova sede, é o sinal de seu esforço e perseverança para suplantar as enormes dificuldades do dia a dia.

Entre a interdição da velha sede e a conclusão da nova sede viveu-se toda uma vida. Com os funcionários se adaptando aos espaços possíveis, com a ocupação de outros espaços gentilmente cedidos e, sobretudo, com a efetiva dedicação da equipe, e aqui destaco o importante papel do estimado

juiz supervisor, Saulo Fabianne, a Esmape teve o reconhecimento do som que vem dos corredores. Por onde passei era sempre cumprimentado, imerecidamente, pela qualidade e quantidade de cursos ofertados.

Posso afirmar ter a atual gestão revivido a cultura da frequência aos cursos de atualização e, por outro, mantido a qualidade dos cursos de pós-graduação e de sua respeitada Revista, além das inúmeras parcerias feitas, possibilitando a participação de todos os lidadores do Direito. Além do trabalho da equipe é de se registrar o incondicional apoio do presidente do TJ, desembargador Leopoldo Raposo, às iniciativas da Esmape, fator tão indispensável quanto à efetiva participação dos alunos.

Parabéns ao colega Eurico e à sua equipe! A soma do trabalho realizado superou as estimativas mais otimistas, fazendo que dois mais dois somassem cinco!

“A soma do trabalho realizado superou as estimativas mais otimistas, fazendo que dois mais dois somassem cinco!”

Desembargador Eduardo Sertório Canto
Vice-Diretor





Nova Sede



A Construção do Complexo Acadêmico

A idealização de um complexo acadêmico para Escola Judicial de Pernambuco – Esmape começou na gestão do desembargador Frederico de Almeida Neves, então diretor-geral da Escola e continuada pelos seus sucessores, os desembargadores Leopoldo de Arruda Raposo (2010-2012) e Eurico de Barros Correia Filho (2016-2017), tendo sua construção iniciada em 2010 e o prédio sido inaugurado em 02 de fevereiro de 2018.

Foram quase sete anos para vencer as burocracias do processo licitatório e as interrupções alheias à vontade do TJPE. O antigo prédio, situado na Rua Imperador II, centro do Recife, não tinha mais condições atender satisfatoriamente as atividades da Escola Judicial.

O atual edifício é moderno e sustentável para ampliar os cursos de formação inicial, aperfeiçoamento e extensão para magistrados e servidores estaduais. É um grande centro acadêmico de ensino superior, dotado de um estúdio completo para o desenvolvimento de cursos a distância que permite uma produção bem acima da média do mercado tradicional. Além disso, os dois auditórios otimizam a logística na promoção de congressos, fóruns e seminários nacionais e internacionais, gerando uma economia de recursos financeiros.

Para o diretor-geral da Esmape, desembargador Eurico de Barros Correia Filho, “A construção representa um esforço conjunto da mesa diretora do TJPE e da Escola Judicial. É um ganho, sem dúvida também para o Estado de Pernambuco que pode contar com excelente infraestrutura para capacitação de servidores estaduais”, afirmou.

O ministro do STJ, Humberto Martins, então diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) visitou a obra e ficou admirado com a sua grandeza.

A nova sede fica no bairro Ilha Joana Bezerra, às margens do Rio Capibaribe, Recife.



Ministro Humberto Martins, como os desembargadores Leopoldo Raposo e Eurico Barros Correia





A Construção do Complexo Acadêmico



A nova sede da Escola Judicial recebeu o nome “Desembargador Cláudio Américo de Miranda”, para homenagear o então presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), no período em que a Esmape foi fundada, em 1987



Na cerimônia que antecedeu o descerramento da placa, realizada no Auditório Nildo Nery dos Santos – na nova sede da Esmape, houve homenagens através da entrega da Medalha de Honra ao Mérito Juiz Aluiz Tenório de Brito a 18 personalidades da área jurídica. Também foram concedidas a Medalha de Honra ao Mérito Antonio Rulli Júnior a um diretor de escolas judiciais do Brasil e a Medalha comemorativa aos 30 anos da Esmape, destinada aos primeiros diretores da Escola. O evento contou com apresentações culturais locais e discursos emocionados, sendo prestigiado por autoridades do país, magistrados e servidores do Poder Judiciário estadual.



Na ocasião, o prefeito do Recife Geraldo Júlio de Mello Filho, assinou a escritura pública de regularização fundiária do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano e da Escola Judicial de Pernambuco, renovação, ratificação, quitação de preço como recebimento de saldo devedor. O governador de Pernambuco, Paulo Henrique Saraiva Câmara, não pôde comparecer à solenidade e assinou o documento, posteriormente. Também assinaram: Antonio César Caúla Reis, Procurador Geral do Estado; Ricardo do Nascimento Correia de Carvalho, Procurador Geral do Município; Leopoldo de Arruda Raposo, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco; Eurico de Barros Correia Filho, diretor-geral da Escola Judicial de Pernambuco (Esmape); Felipe Ferreira Lima Lins Caldas, superintendente da Secretaria do Patrimônio da União; João Alberto Costa Faria, diretor presidente da Empresa de Urbanização do Recife (URB-Recife); Auristela Costa Montenegro Oliveira, diretora Administrativa e Financeira da URB-Recife; Rodrigo Maia Leal, diretor executivo da Procuradoria Geral do Município e Antonio José Hirschle, diretor de Engenharia e Arquitetura do TJPE.



Durante a cerimônia de inauguração, houve apresentação do Coral do TJPE e da Trupe do Faz e Conta, grupo teatral formado por servidores da casa. De acordo com o desembargador presidente do TJPE, Leopoldo Raposo, a Esmape foi a sua maior entrega ao Judiciário pernambucano.



Da esquerda para direita: desembargador Eurico de Barros Correia Filho, diretor-geral de Esmape; Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o pernambucano Og Marques Fernandes, primeiro supervisor da Esmape que recebeu a Medalha de Honra ao Mérito pela passagem dos 30 anos da Escola Judicial; e o presidente do TJPE, desembargador Leopoldo de Arruda Raposo

Desembargador Eurico de Barros Correia lança livro impresso na gráfica da Esmape

No dia da inauguração da nova sede da Escola Judicial de Pernambuco – Esmape, o diretor-geral da instituição, desembargador Eurico de Barros Correia Filho, lançou o livro “Breves comentários sobre a legislação e jurisprudência do Imposto de Transmissão Causa Mortis e de Doação”.

O livro, que tem prefácio do jurista Sílvio Neves Baptista, representa o primeiro trabalho impresso depois da reativação da Gráfica da Esmape. No livro está disponibilizada uma tabela com as alíquotas incidentes do ICD. Os dados são desde 1966 até os dias de hoje, material bastante utilizado pelos profissionais em processos de Direito das Sucessões.



De acordo com o desembargador Eurico de Barros Correia Filho, o livro surgiu a partir de um artigo produzido por ele para o Centro de Estudos Judiciários do TJPE sobre o histórico e a jurisprudência acerca do Imposto de Transmissão causa mortis (ICD)



EURICO DE BARROS CORREIA FILHO
CONDOMÍNIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

BREVES COMENTÁRIOS SOBRE
A LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA
DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO
CAUSA MORTIS E DE DOAÇÃO

GRÁFICA DA ESCOLA JUDICIAL
DE PERNAMBUCO - ESMARPE 2018

Infraestrutura Predial

Área construída: 9.765,22 m²

1º Pavimento:

1 auditório com capacidade para 554 lugares
 1 auditório com capacidade para 134 lugares
 1 sala para Assessoria do Cerimonial
 1 sala para Assessoria de Comunicação e Cafeteria
 1 Sala Vip, dotada de banheiro masculino e feminino, mais copa destinada a convidados
 1 Biblioteca, com 16 cabines de estudos individuais e 3 para grupos; sala para reprografia, guarda-volumes, acervo, biblioteca e copa, além do espaço coletivo para estudos e terraço.

2º Pavimento:

10 salas de aulas - com capacidade para 60 lugares cada
 1 sala para professores
 1 sala para alunos
 1 sala para aulas semipresenciais
 ** salas para coordenações/escolaridade, Diretoria de Magistrados e Diretoria de Servidores
 1 Refeitório

3º Pavimento:

4 salas de aulas - com capacidade para 60 lugares cada
 4 salas equipadas com computadores para treinamento

1 estúdio para ensino à distância em tempo real
 1 salão compacto para simulação de júri
 12 salas destinadas aos setores de diretoria, incluindo sala de reunião .

4º Pavimento:

Centro de Estudos Judiciários (CEJ)
 Restaurante panorâmico

Área de Serviços e Manutenção - Térreo:

Garagem para 37 vagas internas
 Oficina de marcenaria, pintura e elétrica
 Subestação
 Estação para coleta seletiva de lixo
 Central de ar condicionado
 Vestiário para funcionários terceirizados
 Copa geral
 Salas técnicas para segurança
 Gráfica

Todos os andares terão acessibilidade para pessoas com deficiência física e serão equipados com banheiros masculinos e femininos, copa, salas técnicas de apoio à informática e suporte a instalações elétricas.

Supervisão





“Precisamos cada vez mais oferecer um produto educacional de qualidade.”

Juiz Saulo Fabianne de Melo Ferreira

Supervisão com foco na qualidade

“O segredo para o sucesso da gestão foi o diálogo com todos os setores do Tribunal de Justiça de Pernambuco, a parceria com outras instituições acadêmicas, o acompanhamento de perto das metas para amenizar as dificuldades e a promoção de maior número de cursos de boa qualidade, respeitando o orçamento em tempos de crise”, assim definiu o juiz Saulo Fabianne de Melo Ferreira, os dois anos de gestão.

Segundo ele, a primeira dificuldade foi a falta de estrutura física, com a interdição do prédio da Escola Judicial no início de 2016, e a relocação da infraestrutura. Com relação à gestão de pessoas, a direção conseguiu administrar a carência de servidores. “Há carência de servidores, mas os que temos são qualificados, bem-intencionados e vestem a camisa da instituição. Isso faz com que tenhamos conseguido desempenhar a função. O que não pode acontecer é cruzarmos os braços porque não tem pessoal para fazer determinada atividade”, afirmou.

Para Saulo Fabianne houve um esforço da direção geral para estimular a equipe diante dos desafios da infraestrutura. “Uma boa gerência motiva e engaja a equipe para trabalhar em objetivos comuns. Estamos trabalhando para servidores e magistrados que, por sua vez, estão trabalhando para a população. Então, precisamos levar um produto de melhor qualidade, mais rápido, mais acessível e mais barato para o TJPE. A unidade judiciária tem a cara do gestor. Se houver um bom gestor, a unidade será produtiva. Foi isso que aconteceu na Esmape”, disse Saulo Fabianne.






Da esquerda para direita: Juristas Antonio Rulli Neto, Danilo Mergulhão, Carlos Neves; desembargador Eurico de Barros Correia Filho; e os juristas Torquato de Castro Júnior, Francisco Queiroz; Ana Cláudia de Barros Correia e Ricardo Chueca

Ampliando os cursos de pós-graduação

Nesta gestão, procuramos diversificar as matérias dos cursos de pós-graduação e maior quantidade de vagas, inclusive, com a abertura de turmas à noite para que pudéssemos abranger, ao máximo, o público-alvo que são servidores e magistrados. No primeiro semestre de 2018, estamos abrindo três novas turmas como foco em Direito da Saúde, Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil.

Como coordenadora pedagógica geral, posso afirmar que a Esmape construiu um caminho nesses dois anos de gestão, através de contratações e parcerias, que irá permitir a ampliação as capacitações para que a qualificação do Poder Judiciário seja cada dia mais estratégica e multidisciplinar.

Ana Cláudia Brandão de Barros Correia Ferraz
Coordenadora pedagógica geral e dos
Cursos de Pós-Graduação da Esmape



“Posso afirmar que a Esmape construiu um caminho nesses dois anos de gestão, através de contratações e parcerias, que irá permitir a ampliação das capacitações para a qualificação do Poder Judiciário ser cada dia mais estratégica e multidisciplinar.”

Ana Cláudia Brandão de Barros Correia Ferraz
Coordenadora pedagógica geral e dos
Cursos de Pós-Graduação da Esmape

Certificação da primeira pós-graduação em Garanhuns

Em 20 de julho de 2016, a Escola Judicial de Pernambuco (Esmape) entregou os primeiros certificados do curso de pós-graduação conferidos pelo Conselho Estadual de Educação de Pernambuco (CEE-PE). Antes, os cursos eram conveniados com outras instituições de ensino superior que ficavam responsáveis pela emissão da certificação.

A solenidade aconteceu na cidade de Garanhuns, interior de Pernambuco, dia 03 de agosto de 2016, no Salão Júri do Fórum Desembargador Eraldo Gueiros Leite. A turma da especialização lato sensu em Direito Civil e Processo Civil recebeu os certificados das mãos do diretor-geral da Escola Judicial, desembargador Eurico de Barros Correia Filho e do juiz supervisor Saulo Fabianne de Melo Ferreira.

Estiveram presentes à solenidade: a diretora de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores, Rosalie Campos; o diretor do Fórum da cidade e coordenador da Escola no polo de Garanhuns, Márcio Bastos Sá Barreto; e os magistrados Maria Betânia Duarte Rolim, Karla Fabíola Rafael Peixoto Dantas, Glacidelson Antônio da Silva (também concluinte), Enéas Oliveira da Rocha, Maurício Santos Gusmão Júnior e Francisco Milton Araújo Junior.



Juiz Glacidelson Antônio recebeu o certificado de conclusão de curso

Primeira turma de pós-graduação em Direito Público conclui o curso

Foram 360 horas/aula ministradas no horário da manhã, iniciadas no dia 31 de agosto de 2014 e finalizadas em 31 de julho de 2016, do curso de pós-graduação em Direito Público da Escola Judicial de Pernambuco - Esmape. A solenidade de entrega dos certificados aconteceu dia 03 de fevereiro de 2017, no auditório térreo do Edifício Paula Baptista.

Para o concluinte Geisel Christian Ramos dos Santos, servidor do 1º Juizado Especial de Consumo da Capital, o curso proporcionou a oportunidade de atualização. “A ciência do Direito impõe o estudo sistemático da doutrina, principalmente no país onde as leis mudam com regularidade. Como eu tinha me graduado há bastante tempo, o curso foi proveitoso”, disse.

Após 15 anos da graduação em Direito, o servidor Eljo Tenório, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Jaboatão dos Guararapes, destacou a qualificação do corpo docente que permitiu a interação dos alunos e a

troca de experiências. “O curso se voltou para o dia a dia, para a rotina de trabalho que nós desenvolvemos porque os professores têm domínio do assunto. Eu pude estudar matérias que não vi na faculdade”, analisou.



Servidor Gabriel Ferreira Nippo foi o aluno laureado, com média final de 9,49



A solenidade aconteceu nas dependências da Esmape

Em Recife, é implantado curso de pós-graduação à noite

O primeiro curso de pós-graduação lato sensu da Escola Judicial de Pernambuco - Esmape, no horário noturno, após o fim do curso de Preparação à Magistratura, foi aberto no dia 03 de agosto de 2016, pelo diretor-geral, desembargador Eurico de Barros Correia Filho.

A especialização em Direito Civil e Processo Civil começou com 34 servidores, com aulas às quartas-feiras, das 18h às 22h, no auditório

do Edifício Paula Baptista, andar térreo. Segundo o diretor geral, “A Escola pretendeu atender a demanda emergencial provocada pelo Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores para qualificar maior número de pessoas em menor tempo possível”.

O juiz estadual José André Machado Barbosa Pinto, ministrou a aula magna sobre Teoria Geral do Direito Civil.



Da esquerda para direita: juiz André Machado Barbosa Pinto, juiz supervisor Saulo Fabianne; desembargador Eurico de Barros Correia; e Rosalie Campos, diretora de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores

Em Caruaru, Esmape realiza cerimônia de formatura para turma de pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal

No Polo Regional do Agreste, em Caruaru, o juiz supervisor da Escola Judicial de Pernambuco - Esmape, Saulo Fabianne de Melo Ferreira, representando o diretor-geral da instituição, e a juíza coordenadora pedagógica geral, Ana Cláudia Brandão de Barros, entregaram o certificado de conclusão aos servidores que finalizaram a pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal.

Durante a solenidade, que aconteceu no dia 17 de outubro de 2016, no Fórum Juiz Demóstenes Batista Veras, a juíza Ana Cláudia Brandão ressaltou o empenho dos alunos. “Trabalhar e estudar não é fácil. Principalmente quando

é uma pós-graduação, que é um curso longo. Este é um passo importante para vocês e para a justiça, porque quanto mais qualificado, mais respeitado você se torna lá fora”, disse. No evento esteve presente também o juiz Tadeu José Passos, diretor do Fórum Demóstenes Batista Veras.

A servidora Maraísa de Figueiredo, concluinte e representando a turma agradeceu à Escola Judicial pela oportunidade. “Nós servidores temos muito a agradecer porque tivemos professores comprometidos e também fomos sempre recebidos com muito carinho e disponibilidade pela Escola”, afirmou.



Concluintes levaram os filhos para prestigiarem a solenidade



Evento de inauguração da nova sede da Esmape

Secretaria Executiva



Execução com foco na agilização

O secretário executivo da Escola Judicial de Pernambuco – Esmape, Wagner Barboza de Lucena, faz um balanço positivo da gestão, apontando três pilares da direção geral para conseguir realizar tantos eventos acadêmicos em dois anos de gestão: mudança de parte da cultura organizacional, influência no processo de liderança e implantação de ferramentas de controle e planejamento.

“Conseguimos definir com mais clareza e comunicar aos servidores, naturalmente, a estrutura hierárquica, atribuições e competências de cada um. Com isso, evitamos atividades e agendas repetitivas”, disse Lucena.

De acordo com ele, neste biênio, houve um desenvolvimento comportamental dos líderes - não só dele, mas dos diretores, gerentes e chefes. “A consequência foi a racionalização e agilização dos processos de trabalho. Administramos melhor o tempo destinado à logística dos cursos e eventos”.

Outro ponto importante que Wagner Lucena destaca é implantação de ferramentas de controle orçamentário para gerenciar receitas e as despesas. “Avançamos muito. Fizemos um mapeamento efetivo das despesas e resultou no planejamento dos gastos demandados pela Tribunal de Justiça para formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores. Posso afirmar que muitos eventos superaram as expectativas, como o Copedem”, afirmou.

Ele se referiu ao 45º Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem) que aconteceu em Recife, no dia 27 de abril de 2017. “O Copedem trouxe experiências que estão sendo compartilhadas com outras escolas judiciais”, disse Lucena.



“Diariamente, tentamos desburocratizar procedimentos e melhorar o fluxo de trabalho”.

Wagner Barboza de Lucena
Secretário executivo

Escola Judicial resgata sua marca

Para se manter no mercado educacional, uma escola precisa respeitar sua história, preservar a missão institucional e se renovar para corresponder as mudanças do cenário social, econômico e cultural da população. Com esse intento, a diretoria da Escola Judicial de Pernambuco - Esmape buscou resgatar a marca - que desde 2013, quando se designava Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, não era mais utilizada na comunicação oficial da instituição.

Em 2016, por iniciativa do desembargador Eurico de Barros Correia Filho, diretor-geral da instituição, a antiga nomenclatura foi resgatada. “O nome Esmape leva consigo uma trajetória de responsabilidade, respeitabilidade e excelência de ensino na preparação, formação e capacitação não só do corpo funcional do TJPE, mas de diversos juristas que já ocuparam suas salas de aula. Muitos deles, hoje, fazem parte do corpo docente da instituição, estão trabalhando em órgãos como

Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Civil, Militar e Federal, Poder Executivo e Legislativo, foram presidentes de tribunais ou têm projeção jurídico-literária nacional”, considerou o diretor geral.

Para esse resgate, o desembargador Eurico Barros Correia chamou o Núcleo de Design e Produção Gráfica da Assessoria de Comunicação do TJPE que teve a missão de elaborar uma proposta e alinhar a tradição aos novos conceitos de modernidade.

No dia 04 de novembro de 2016, O Conselho Executivo Gerencial da Escola Judicial, composto por membros da diretoria geral, secretário executivo e demais diretores, aprovaram, durante reunião, a proposta da nova identidade visual. Foram definidos modelos de papel timbrado, bloco de notas, pastas, certificados e canetas entre outros.



Magistrados





Cursos de Formação Inicial



Ao seguir as recomendações da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), a Escola Judicial de Pernambuco (Esmape) executa um projeto pedagógico com base na concepção do magistrado integral. Nesta perspectiva, as ações educacionais, se estruturam em três eixos curriculares teórico-práticos: Formação Inicial, Formação Continuada e Formação de Formadores.

O diretor de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Fabiano Galvão, explica que uma das ações mais importantes que foram implementadas

nesta gestão foi a expansão do oferecimento dos cursos de aperfeiçoamento no âmbito da circunscrição da escola. “Na prática, nós expandimos os cursos principalmente nos polos de Petrolina, Caruaru e Garanhuns”.

Ele enfatizou que, em sintonia com a Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), a Esmape oferece um curso para os juízes recém-nomeados, com 480 horas-aula, realizado em quatro meses. Após o término, a Esmape inicia o processo de formação continuada: vitaliciamento e aperfeiçoamento com efeitos de promoção e remoção de magistrados.

Novos juízes têm formação interdisciplinar

Aconteceu nos dias 25 e 26 de maio de 2017, o curso “Impactos econômicos das decisões judiciais”, destinado a 38 juízes do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). As aulas foram ministradas pelo desembargador federal e diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/FDR), Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti; pelo Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE), Marcos Rios Nóbrega; e pelo doutor em Direito Financeiro e Tributário pela Universidade de São Paulo (USP), Eric Moraes de Castro e Silva.

O desembargador federal Francisco de Queiroz abriu a exposição. Ele fez uma abordagem teórica, mas mostrou aos juízes questões reais de reflexão sobre o funcionamento do Judiciário. “Precisamos de uma justiça menos aristocrática, formalista e mais eficiente. A justiça é para resolver problemas. Os juízes as vezes se apegam as preliminares e retardam o julgamento dos processos”.

Os palestrantes Marcos Nóbrega e Eric Moraes abordaram o impacto tecnológico no Judiciário e o ativismo judicial, respectivamente. O curso foi realizado no 5º andar, Ala Sul, do Fórum Rodolfo Aureliano, por iniciativa da juíza Ana Cláudia Brandão, coordenadora pedagógica geral da Esmape.



Da esquerda para direita: Jurista Eric Moraes, juíza Ana Cláudia Brandão; desembargador Eurico de Barros Correia Filho e o conselheiro Marcos Nóbrega



Juíza de Direito Ana Cláudia Brandão apresentou o palestrante, o desembargador federal Francisco de Queiroz



65 novos juízes no TJPE

2016 e 2017 foram três turmas de juízes.

2016.1

De: 04 de fevereiro a 10 de junho de 2016

Carga Horária: 712,9 horas/aula

Total de alunos: 30

De: 02 de fevereiro a 08 de julho de 2016

Carga Horária: 686 horas/aula

Total de alunos: Três nomeados posterior a data da primeira turma, para ocupar as vagas deixadas por aqueles que requereram exoneração

2016.2

De: 29 de novembro de 2016 a 24 de fevereiro de 2017

Carga Horária: 571,8 horas/aula

Total de alunos: 20

2017

De: 29 de novembro de 2016 a 24 de fevereiro de 2017

Carga Horária: 674,6 horas/aula

Total de alunos: 10





Posse da 1ª turma de novos juízes



Novos juízes visitam Cartório Siqueira Campos 1º Ofício Registro de Imóveis, no município de Paulista, chefiado pelo tabelião Paulo Siqueira Campos.



Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), então João Ricardo dos Santos Costa, fez palestra para os novos juízes. Compôs a mesa os desembargadores Eurico de Barros Correia Filho e Eduardo Sertório Canto, diretor-geral e vice-diretor da Esmape, respectivamente; desembargador Antenor Cardoso, presidente da Associação dos Magistrado do Estado de Pernambuco (Amepe); desembargador José Viana Ulisses Filho; e o juiz supervisor da Esmape, Saulo Fabianne de Melo Ferreira.

Turma 1

Juizes nomeados em Fevereiro de 2016

1. Ailson de Almeida Marques
2. Alfredo Bandeira de Medeiros Júnior
3. Altamir Cléreb de Vasconcelos Santos
4. André Gomes do Nascimento
5. André Simões Nunes
6. Augusto Rachid Reis Bittencourt Silva
7. Claudio Cezar Cavalcante
8. Daniel Silva Paiva
9. Denis Lima Bonfim
10. Diniz Cláudio de Miranda Cavalcanti
11. Diógenes Portela Saboia Soares Torres
12. Elisama de Sousa Alves
13. Emiliano César Costa Galvão de França
14. Fábio Brito de Faria
15. Gabriel Araújo Pimentel
16. João Alexandrino de Macedo Neto
17. João Eduardo Ventura Bernardo
18. José Anastácio Guimarães Figueiredo Correia
19. Juliana Rodrigues Barbosa
20. Leandro Souto Maior Muniz de Albuquerque
21. Lorena Junqueira Victorasso
22. Mariana Zenaide Teófilo Gadelha
23. Mark Clark Santiago Andrade
24. Pablo de Oliveira Santos
25. Rafael Sampaio Leite
26. Raphael Calixto Brasil
27. Sheila Cristina Torres Santos Moreira
28. Tatiana Lapa Carneiro Leão
29. Thiago Meirelles Silva dos Santos
30. Thiago Pacheco Cavalcanti
31. Torricelli Lopes Lira
32. Vanilson Guimarães de Santana Junior



Juiz José André Machado Barbosa Pinto, coordenador do Curso de Formação Inicial, ministra aula para novos magistrados



Turma 2

Juízes nomeados em Novembro de 2016

1. Altino Conceição da Silva
2. Ana Carolina Santana
3. Angélica Chamon Layoun
4. Augusto Cezar de Sousa Arruda
5. Bruno Jader Silva Campos
6. Carlos Ferreira de Aguiar
7. Clecio Camelo de Albuquerque
8. Diógenes Lemos Calheiros
9. Fernando Jefferson Cardoso Rapette
10. Frederico Ataíde Barbosa Damato
11. Isabella Ferraz Barros de Albuquerque
12. João Paulo Barbosa Lima
13. Lucas Cristovam Pacheco
14. Neider Moreira Reis Júnior
15. Osvaldo Teles Lobo Júnior
16. Patrick de Melo Gariolli
17. Paulo Ricardo Cassaro dos Santos
18. Ricardo Guimarães Luiz Ennes
19. Tatiana Cristina Bezerra Salgado
20. Tayna Lima Prado Santana

Turma 3

Juízes nomeados em Julho de 2017

1. Bruno Querino Olímpio
2. Carla de Moraes Rego Mandetta
3. Carolina Pontes de Miranda de Hollanda Cavalcanti
4. Daladie Duarte Souza
5. Eugênio Jacinto Oliveira Filho
6. Felipe Arthur Monteiro Leal
7. Gustavo Silva Hora
8. Rodrigo Barros Tomaz do Nascimento
9. Thiago Felipe Sampaio
10. Vivian Maia Canen















A magistratura aberta ao diálogo com a imprensa

A Esmape promoveu o Seminário Imprensa e Judiciário, dentro da programação do Curso Inicial de Formação de Magistrado, no dia 05 de maio de 2016. Para falar sobre o assunto, foram convidados Maurício Rands, vice-presidente institucional do Diário de Pernambuco; Jô Mazzarolo, diretora de jornalismo da Rede Globo Nordeste e Laurindo Ferreira, diretor de redação do Jornal do Commercio.

Fazendo um elo entre o mundo jurídico e a imprensa, Maurício Rands afirmou que a responsabilidade dos dois setores pode ser melhor cumprida com a simplificação da comunicação. “Às vezes é pensado que o texto jurídico só vai ter credibilidade se for hermético, mas o Judiciário não está se comunicando apenas com o advogado e sim com a população”, comentou.

Para melhorar a comunicação, é preciso simplificar a linguagem. Segundo Jô Mazzarolo, da Globo Nordeste, não há fórmula para melhorar a comunicação. Na verdade, o que deve ser feito é um exercício diário para aperfeiçoarmos a linguagem e atingir o público. “Sejamos simples e claros para sermos entendidos, mas simplicidade não é ser rasteiro”, alerta.

A jornalista também fez uma análise de como o formato dos telejornais mudou ao longo do tempo para se aproximar do público e fazer-se relevante para a sociedade.

O serviço à comunidade por meio da informação e comunicação também foi destaque na explanação do último palestrante, Laurindo

Ferreira, do Sistema Jornal do Commercio. “O Judiciário é um ambiente técnico onde a comunicação é fundamental. Ao mesmo tempo, o juiz é um instrumento de aproximação com as pessoas e para isso é preciso se fazer entender”, finalizou Laurindo.

Finalizando o debate, o juiz supervisor da Escola Judicial, Saulo Fabianne, afirmou que os limites da comunicação do Judiciário com a imprensa estão no bom senso. “A magistratura está aberta ao diálogo com a imprensa. Para sermos bons juízes devemos saber também os limites de até onde podemos falar”.

“Este encontro é importante porque o jurisdicionado deve ter acesso às decisões judiciais de maneira transparente e de fácil entendimento”.

**Desembargador Eduardo Sertório Canto
Vice-diretor da Esmape**



Cursos de Vitaliciamento

O Curso de Vitaliciamento é também exigência da Enfam e possui uma carga horária de 120 horas-aula. De acordo com Fabiano Galvão, diretor de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, a Esmape dividiu as 120 horas-aula. “Como existe o prazo de dois anos para terminar o vitaliciamento, a instituição optou por oferecer 60 horas-aula em cada ano, ficando mais fácil para o magistrado administrar sua agenda”.

Fabiano Galvão explica que existem dois critérios para aprovação no Curso de Aperfeiçoamento. “É o critério de frequência e o critério de estudo de caso. Para ser considerado apto funciona o juiz deverá ter, no mínimo, 75% de frequência e apresentar ao final do curso um trabalho de estudo de caso. A avaliação é baseada em conceitos de ótimo, bom, regular e insuficiente”.



Alunos tiveram aulas sobre audiência de custódia, ministradas pelo juiz Luiz Carlos Vieira de Figueiredo



ESMA
Escola Judicial de Pernambuco

Programa de Aperfeiçoamento de Magistrado

**Estudo prático
Lei 11.101/2005
Recuperação
Judicial e Falên**

© Dr. Ivanildo F...
Fa... Direito do Rec...



Cursos de Aperfeiçoamento

Terminado o Vitaliciamento, o juiz continua a fazer, anualmente, cursos de aperfeiçoamento, credenciados previamente pela Enfam, com no mínimo 40 horas-aula. No formato estipulado pela Esmape, os cursos oferecidos possuem carga de 20 horas-aula.

Segundo Fabiano Galvão, diretor de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados “Com dois cursos por ano, o juiz pode se credenciar para concorrer a uma eventual remoção ou promoção. A Enfam não credencia

congressos e seminários. Somente cursos com metodologia específica, devido à sua legislação. A Enfam tem normativas definidas para carga horária e metodologia”.

Os juízes que tem interesse em participar de cursos, na modalidade a distância, são contemplados com cursos oferecidos pela Enfam. “A instituição oferece muitos cursos para aqueles que têm dificuldades de deslocamento. Com isso, há redução de despesas”, explica Galvão.



Fabiano Galvão

Diretor de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados





Prof. Pós-Dr. Alexandre Freire Pimentel ministra aula para magistrados sobre as alterações do Novo Código de Processo Civil

Formando formadores: As metodologias ativas

Com o objetivo de desenvolver de forma continuada as competências profissionais dos magistrados para a atividade de docência, foi criado, pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), o Curso de Formação de Formadores, oferecido em Recife 16 a 18 de maio de 2017.

O módulo regional reuniu nove juízes federais e 31 estaduais com lotação em Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará. Representando Pernambuco foram convidados: Alexandre Freire Pimentel, José André Machado Barbosa Pinto, André Vicente Pires Rosa, Iasmina Rocha, Ruy Trezena Patu Júnior, Teodomiro Noronha Cardozo, Sérgio Paulo Ribeiro da Silva, Luiz Carlos Vieira de Figueiredo, Saulo Fabianne de Melo Ferreira e Ana Cláudia Brandão de Barros Correia – esses dois últimos supervisor e

coordenadora pedagógica geral e dos cursos de pós-graduação da Esmape, respectivamente.

Nos últimos anos, a Enfam vem incluindo novas práticas pedagógicas: as metodologias ativas. As atividades estabelecem maior relação da teoria com a prática profissional e as aulas são colaborativas, interdisciplinares, contextualizadas, reflexivas, motivadoras e incluem temáticas envolvendo a ética e valores positivos.

O magistrado-aluno deve compartilhar a sua experiência judicante. Cabe ao professor fazer o papel de mediador”, afirmou Fabiano Galvão, da Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. No futuro, só estarão habilitados para sala de aula o professor que tiver esta formação.



Aulas colaborativas, interdisciplinares, contextualizadas, e reflexivas



“A Esmape é essencial na formação inicial do magistrado, pois oferta uma visão ampla do exercício da atividade jurisdicional, dotando os novos juízes tanto com a familiaridade com as boas práticas de trabalho, como os apresenta uma consciência social da atividade judicante. Para o magistrado já em carreira, a Esmape oferta a atualização imprescindível e resgata a reflexão sobre os temas do cotidiano jurisdicional. As metodologias ativas propostas pela Enfam são essenciais para a motivação da Andragogia (educação de adultos), pois incentivam e facilitam o processo de ensinagem (ensino/aprendizagem) do magistrado, fazendo-o parte do processo de compreensão das proposições pedagógicas”.



Iasmina Rocha

Juíza há 15 anos e professora da Esmape há 10. Atualmente dedica-se à 7ª Vara Cível e na Coordenação da Diretoria Cível do 1º grau. É pós-graduada pela Esmape em Processo Civil. Ministra a disciplina de Gestão Cartorária e Processo Civil.



ΣΥΝΕΡΓΙΑ ΔΕ ΟΥΤΩΔΙΩΝ
ΤΟ ΠΡΩΤΟ ΣΤΑΔΙΟ ΤΗΣ ΠΡΟΟΔΟΥ

Servidores



Educação corporativa: prática pedagógica com estudo de caso

Trabalhar na sala de aula com um estudo de caso, um problema ou uma hipótese que acontece na prática forense, bem como na atividade jurídica exercida pelos servidores, reproduzindo os questionamentos e as possibilidades de um contexto real. É com esse instrumento pedagógico que a Escola Judicial de Pernambuco - Esmape vem investindo nos cursos para os servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

A educação corporativa funciona de forma prática. Os professores dialogam com os participantes dos cursos sobre como chegar a uma decisão jurídica, por meio da análise e discussão coletiva das informações expostas na sala de aula. A diretora de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores, Rosalie Ferreira Campos, explica que o fato de a Escola Judicial estar mais voltada para a prática jurídica traz sempre inovação e questões contemporâneas atualizadas.





O resultado positivo é que há uma relevante troca de experiências. “Não é somente uma formação acadêmica. É uma troca das práticas do dia a dia para atender as demandas da sociedade. Essas trocas são singulares porque fazem parte daquele mesmo contexto de trabalho. A parte pedagógica está muito voltada para essa prática”, segundo Rosalie Campos.

Ao abordar a formação do quadro de docentes, ela adianta que os professores têm mestrado e doutorado. A Esmape restringe o número de participantes por turma para favorecer a troca de experiências. Nos cursos de pós-graduação, são 40 pessoas por turma. Já nos cursos de extensão são projetados para, no máximo, 50 participantes.

“O nível de satisfação na pós-graduação é grande. Os alunos se identificam e trocam experiências. Vibram. Eles estão fazendo uma pós-graduação com profissionais que entendem o contexto profissional e suas linguagens. É a lógica da educação corporativa que a Esmape está proporcionando. Muitos profissionais terminaram a pós-graduação aqui e depois começam a ensinar na Esmape”, relata Rosalie Campos.





 **ESMAPE**
Escola Judicial de Pernambuco

A opção pela Educação a Distância (EaD)

A Escola Judicial de Pernambuco - Esmape segue as orientações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) quanto à Educação a Distância (EaD). Em 2011, o CNJ publicou a Resolução nº 126/20115 que estabelece o Plano Nacional de Capacitação. O documento determina e orienta que os tribunais devem dar prioridade ao uso da educação a distância na capacitação de servidores e magistrados. Além disso, sugere que as escolas judiciais possam ter departamento próprio para este fim.

De acordo com o CNJ, no livro “Modelo de educação a distância do Poder Judiciário: um sistema colaborativo”, as vantagens da EaD integram a redução dos custos, a mobilidade dos participantes, a otimização do tempo de alunos e tutores, o ganho de escala e a possibilidade de capacitar maior número de pessoas.

Em síntese, o modelo de educação a distância do Poder Judiciário, criado pelo CNJ, pretende captar necessidades e conhecimentos, processar essas informações, transformá-las em projetos e cursos, disponibilizar para todo o Poder Judiciário e pesquisar o alcance dessas ações para iniciar novo ciclo.

Na Esmape, a Educação a Distância (EaD) foi iniciada com a compra de licenças de cursos. Atualmente, a Escola Judicial possui duas contratações de cursos em EaD: Complexo de Ensino Renato Saraiva (CERS) e Portal da Educação Tecnologia Educacional Ltda. Em 2016, foi iniciada a plataforma própria.



Imagem: Freepik

Ensino do Processo Judicial eletrônico (PJe)

Em 2016, foi iniciada a plataforma própria da Esmape, com foco no Processo Judicial eletrônico (PJe). Por meio da Portaria nº 16/2016, foi criado um comitê de EaD para regulamentar as atividades dos servidores envolvidos e alavancar as ações, com um projeto piloto dos módulos do curso do Processo Judicial Eletrônico (PJe), na modalidade de educação a distância.

A partir do projeto piloto de cursos em EaD, foi criado o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) na plataforma moodle, onde são disponibilizados os cursos. A equipe de EaD da Esmape pesquisou a experiência da equipe de EaD do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região, que atendeu e encorajou a reproduzir a capacitação. A partir daí, surgiu o convênio entre o TJPE e o TRT da 6ª Região em outubro de 2016.





Formatação dos cursos

1 PJe - Módulo Promotoria/Procuradoria/Defensoria Pública (Livre acesso) - Curso voltado para a Procuradoria e seus membros.

2 PJe - Módulo Secretaria (Livre Acesso) - Neste curso serão tratados os aspectos funcionais do módulo de secretaria do sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe) do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

3 Gravação de Audiências - Neste curso são apresentados os conceitos e o funcionamento do sistema de gravação de audiências do TJPE. O público-alvo são os servidores que operam o sistema de gravação de audiência.

4 Tutoria em EaD - Curso para capacitar servidores que ministram curso.

Os cursos em EaD são divididos em três formatos:

Cursos de Livre Acesso - O EaD-TJPE disponibiliza cursos de acesso livre onde podem ser acessados por qualquer usuário do Poder Judiciário de Pernambuco e que não contabilizam horas para progressão funcional.

Cursos sem Tutoria - São os cursos disponibilizados pela EaD-TJPE destinados aos funcionários e magistrados do Poder Judiciário de Pernambuco. Esses cursos não exigem a supervisão de um tutor e contabilizam horas de capacitação para a progressão funcional dos servidores.

Cursos com Tutoria - São os cursos disponibilizados pela EaD-TJPE destinados aos funcionários e magistrados do Poder Judiciário de Pernambuco. Esses cursos são ministrados com a supervisão de um tutor e contabilizam horas de capacitação para a progressão funcional dos servidores.



O diretor-geral da Escola Judicial de Pernambuco – Esmape, desembargador Eurico de Barros Correia Filho, estabeleceu convênio também com o Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), através de seu presidente, o saudoso Antonio Rulli Júnior, também desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo.



A Escola Judicial de Pernambuco (Esmape) e a Escola de Contas Públicas (TCE-PE), através de seus diretores, desembargador Eurico de Barros Correia Filho e o conselheiro João Campos, assinam convênio de cooperação acadêmica.



Conselheiro João Campos, do TCE; desembargador Eurico de Barros Correia, diretor-geral da Esmape; Conselheiro Carlos Porto, presidente do TCE; e o desembargador Leopoldo Raposo, presidente do TJPE.

Parcerias



Parcerias institucionais otimizam recursos

Desde 05 de junho de 2017, a Esmape integra a “Rede Escolas do Governo de Pernambuco”. A cerimônia aconteceu na Sala Capibaribe do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), nesta mesma data.

A Rede Escolas do Governo de Pernambuco tem o objetivo de congregar instituições com interesses comuns para implementação de atividades acadêmicas, culturais, de formação em geral e que atendam a missão as quais se destinam. O acordo de cooperação técnica e acadêmica não contempla o repasse de recursos financeiros.

Também assinaram o protocolo: Escola de Magistratura Federal da 5ª Região, Escola do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, Escola do

Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, Escola Fazendária de Pernambuco, Escola Superior de Advocacia Professor Ruy da Costa Antunes – ESA/OAB/PE, Escola da Advocacia-Geral da União em Recife, Escola de Contas Públicas Professor Escola do Legislativo Professor José Joaquim De Almeida, Banco Central, Caixa Econômica Federal, Centro de Altos Estudos da Procuradoria da Fazenda Nacional, Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Município de Olinda, Centro Regional de Treinamento da Escola de Administração Fazendária – CENTRESAF/PE, Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco, Comitê Pernambuco Geórgia dos Companheiros das Américas, Consulado-Geral da França no Brasil, Consulado Honorário da Suécia em Recife, e a Universidade de Pernambuco. O Protocolo de Intenções é vigente por prazo indeterminado.



“A Esmape tem o compromisso de melhorar seu quadro de docentes e promover atividades que desenvolvam e aperfeiçoem as funções de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Portanto, não podemos esquecer que a educação continuada exige a pesquisa e a experiência. Integrar as escolas com o mesmo propósito, sem dúvida, agrega valores, abre fronteiras e reduz custos”.

Desembargador Eurico de Barros
Correia Filho
Diretor-geral da Esmape



Convênio com a escola do Tocantins

O diretor-geral da Esmape - Escola Judicial de Pernambuco, desembargador Eurico de Barros Correia Filho, firmou, no dia 21 de setembro de 2017, o acordo de cooperação técnica, acadêmica e científica com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), representada pelo seu diretor-geral desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas.

O convênio prevê o intercâmbio de docentes, discentes e pesquisadores; a implementação de projetos conjuntos de pesquisa; promoção de eventos científicos, sociais e culturais; o intercâmbio de informações e publicações

acadêmicas; programas para realização de estudos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*; intercâmbio de informação relativa a suas organizações, estruturas e funcionamento e a institucionalização de grupos de estudo na área de direito.

A execução do acordo com vigência de cinco anos, podendo ser prorrogado, ficou sob a responsabilidade de uma comissão de acompanhamento, integrada por representantes das duas instituições acadêmicas.



Desembargador Eurico de Barros Correia protocola acordo junto ao desembargador Marcos Villas Boas

Diálogo: Esmape e Amepe se unem para aperfeiçoar magistrados

Em maio de 2017, a Esmape – Escola Judicial de Pernambuco e a Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Amepe) firmaram parceria para promover cursos, principalmente sobre o Novo Código de Processo Civil (NCPC), destinados aos magistrados lotados, sobretudo, no interior do Estado.

Na reunião foram discutidas ações para definir os cursos que serão oferecidos imediatamente e terão o credenciamento junto à Escola

Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). A participação do magistrado nos cursos, com frequência e aproveitamento, propicia uma aferição para efeito de promoção por merecimento.

De acordo com o presidente da Amepe da Amepe, juiz de Direito, Emanuel Bonfim Carneiro Amaral Filho “A Escola Judicial vem se destacando como uma das melhores e mais atuantes escolas judiciais do país”. afirmou Emanuel Bonfim.



Desembargador Eurico de Barros Correia Filho, diretor-geral da Esmape; juiz Emanuel Bonfim, diretor da Amepe; juiz Saulo Fabianne, supervisor da Esmape; e juiz Igor Rêgo, diretor adjunto jurídico da Amepe

Encontro com Diretores de Escolas Judiciais da Região Nordeste

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) promoveu, no dia 15 de maio de 2017, reunião com diretores de Escola Judiciais da Região Nordeste 1.

A abertura foi realizada pelo presidente da Comissão de Desenvolvimento Científico e Pedagógico da Enfam, desembargador Eladio Lecey. O evento aconteceu no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife, e reuniu escolas dos Tribunais de Justiça dos Estados da Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

O juiz supervisor Saulo Fabianne de Melo Ferreira, representou o diretor-geral da Escola Judicial de Pernambuco (Esmape), desembargador Eurico de Barros Correia Filho, ao lado da coordenadora pedagógica geral e de pós-graduação, juíza Ana Cláudia Brandão de Barros Correia Ferraz.

“A Enfam está vindo aos Estados para dialogar com as escolas judiciais, ouvir suas demandas, trocar ideias e experiências com relação às normativas

da instituição. É de grande importância para Pernambuco e um prestígio receber a Enfam e as Escolas dos Estados circunvizinhos. Agradeço, em nome dos desembargadores Eurico de Barros Correia Filho e Eduardo Sertório, a realização desta reunião e do Curso de Formação de Formadores em nossa capital”, falou o juiz Saulo Fabianne.

Na pauta da reunião, questões como motivação e relevância da formação inicial e continuada; os programas de aperfeiçoamento de magistrados e os credenciamentos de cursos, e a nova instrução normativa que ainda será publicada. Além desses assuntos, foram debatidos o Programa de Acompanhamento de Vitaliciandos; prazo de encaminhamentos dos planos anuais; contratação e remuneração de docentes e examinador de banca e comissão de concurso; compartilhamento de cursos a distância e novo formato do Curso de Formação de Formadores.



Da esquerda para direita: Juízes Saulo Fabianne e Ana Cláudia Brandão, supervisor e coordenadora pedagógica geral e dos cursos de pós-graduação da Esmape, respectivamente; desembargadores Edilson Pereira Nobre Júnior e Manoel de Oliveira Erhardt, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5; e desembargador Eladio Lecey, da Enfam

VNIVERSIDAD
DSALAMANCA

CAMPUS DE EXCELENCIA INTERNACIONAL

800 AÑOS

1218 - 2018



*Maria Ángeles Serrano García, vice-reitora para Assuntos
Internacionais da Universidade de Salamanca e desembargador
Eurico de Barros Correia Filho, diretor-geral da Esmape*

Convênios Internacionais



Em Portugal e Alemanha

Em 2016, visando a atualização profissional dos magistrados e servidores, a Escola Judicial de Pernambuco (Esmape) promoveu parcerias com universidades estrangeiras: Faculdade de Direito de Lisboa – Portugal e Universidade Johann Wolfgang Goethe – Alemanha.

Os intercâmbios internacionais se iniciaram em abril, com o curso Direito Médico: do direito fundamental à saúde aos direitos do paciente, oferecido em Lisboa. Os participantes debateram questões sobre a responsabilidade penal dos procedimentos inadequados, o sigilo médico, a crise da ética na bioética e o direito fundamental à saúde e seus limites.

As palestras foram ministradas por juristas portugueses renomados, entre eles José de Oliveira Ascensão, Pedro Romano Martinez, Fernando Araújo e Jorge Reis Novais.

Na Alemanha, a comitiva brasileira formada por 39 pessoas - operadores do Direito não só de Pernambuco, mas também de outros Estados do Brasil como Amapá, Pará, Maranhão, Espírito Santo e Mato Grosso, teve oportunidade de estudar o sistema judicial do país dentro de uma temática cível e penal, incluindo dignidade humana, direitos sociais e econômicos, propriedade intelectual, proteção ao consumidor, governança e internet.



Comitiva brasileira na Alemanha

Com o objetivo de formalizar a cooperação e a troca de experiências entre Brasil e Portugal, considerando a existência de conceitos jurídicos comuns e o interesse sistemático na melhor formação jurídica, foi assinado no dia 10 de outubro de 2016, um acordo entre a Escola Judicial de Pernambuco (Esmape) e o Centro de Estudos de Direito do Consumo de Coimbra (Portugal).

Pela Escola Judicial, assinaram o acordo o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Leopoldo Raposo, e o diretor-geral, desembargador Eurico de Barros Correia Filho. Representando o Centro de Estudos de Direito do Consumo de Coimbra, assinou o jurista afro-português Mário Ângelo Leitão Frota.

Neste mesmo dia, o Prof. Dr. Mário Frota proferiu palestra sobre Relações de Consumo no Século XXI, no auditório térreo do Edifício Paula Baptista. O jurista tratou, especificamente, das condições gerais dos contratos, cláusulas abusivas e análise metodológica.



Foto: Diretoria Esmape

Colóquio Luso-Brasileiro de Direito Médico, Lisboa, de 11 a 15 de abril de 2016, em Portugal, o Colóquio Luso-Brasileiro, com o tema central "Direito Médico: do direito fundamental à saúde aos direitos do paciente"



O acordo foi assinado no gabinete da presidência do TJPE, sendo testemunhado pelo juiz supervisor, Saulo Fabianne



“Expandimos a atuação da Esmape porque o conhecimento não tem fronteiras, ele se completa. Os convênios servem de estímulo para magistrados e servidores da Justiça estadual”.

Desembargador Eurico de Barros
Correia Filho

Em Nova Iorque, magistrados e servidores estudam o sistema jurídico americano

A Escola Judicial de Pernambuco - Esmape, em convênio com a Fordham Law School, propiciou aos magistrados, servidores e operadores do Direito, o 9º Curso Internacional em Pesquisa e Treinamento Judicial, na Cidade de Nova Iorque - Estados Unidos.

As aulas abordaram o Sistema Legal norte-americano, fazendo um comparativo e esclarecendo as diferenças básicas com o sistema brasileiro, os poderes conferidos ao Poder Legislativo e Judiciário, além de suas

competências e limites; as questões de vida e morte sob ótica da Constituição norte-americana e a economia compartilhada.

Também participaram do curso: o desembargador Eurico de Barros Correia Filho, diretor-geral da Esmape; e os desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) Frederico Neves, Jones Figueirêdo Alves e Alexandre Assunção.



Foto: Diretoria Esmape



Foto: Diretoria Esmape

Na Espanha

O mês de maio de 2017 foi marcado pelo fechamento de três acordos de cooperação técnica-científica entre a Esmape – Escola Judicial de Pernambuco e as Universidades de Salamanca, Universidade de La Rioja e Universidade Carlos III, na Espanha.

Os acordos preveem atividades coordenadas de docentes e corpo administrativo das instituições brasileiras e espanholas para a promoção e organização de cursos, seminários, encontros e congressos visando o aperfeiçoamento continuado de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Segundo o desembargador Eurico de Barros Correia Filho, diretor-geral da Esmape, “Os protocolos foram previamente analisados e estão alinhados com os objetivos estratégicos da Esmape de fomentar o ensino e a pesquisa”, assegurou.

Estão previstos também nos protocolos a edição de publicações voltadas à investigação científica e a entrega de titulações conjuntas, além de outras atividades de interesse comum entre as instituições. A implementação, o controle e o acompanhamento dos projetos acadêmicos ficarão sob a responsabilidade de um comitê específico, representado por dois membros escolhidos por cada escola. A cooperação acadêmica tem validade de quatro anos, podendo ser prorrogado, porque assim como a Esmape, as universidades têm o objetivo de difundir o conhecimento a serviço da sociedade.



Catedrático Luis Aguiar de Luque recebe do desembargador Eurico de Barros Correia o livro “A justiça de Pernambuco e seu palácio: inventário do acervo museológico dos bens móveis”, editado pelo TJPE



Reitor da Universidade de La Rioja, Julio Rubio Garcia, ao lado do desembargador Eurico de Barros Correia Filho



A juíza Ana Cláudia Brandão foi responsável pelas tratativas dos convênios internacionais, juntamente com os professores espanhóis Ricardo Chueca e Amélia Pascual.

Intercâmbio com universidades espanholas é sucesso

O diretor-geral da Esmape, desembargador Eurico de Barros Correia Filho, comemora o sucesso do intercâmbio acadêmico com a Universidade de Salamanca que completa 800 anos de existência em 2018.

A Esmape – Escola Judicial de Pernambuco proporcionou para 27 pessoas, entre as quais quatro desembargadores, 19 magistrados e oito servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o curso de extensão no período 08 a 12 de janeiro de 2018, na Espanha. Em Salamanca, o curso foi coordenado pelo professor catedrático Lorenzo Mateo Bujosa Vadell e pela juíza Ana Cláudia Brandão, coordenadora pedagógica geral da Esmape.

As aulas abordaram o sistema judicial europeu, os avanços do Direito processual e os principais tópicos do Direito contemporâneo. Os participantes visitaram o Supremo Tribunal, em Madrid.

Na Universidade Carlos III, também em Madrid, a comitiva brasileira deu sequência à capacitação e debateram a interpretação dos direitos fundamentais pelos juízes. O breve curso foi coordenado pelos professores Luiz Aguiar de Luque e Glória Garrido Fernandez. O intercâmbio foi encerrado no dia 16 de janeiro de 2018.







Diretor-geral da Esmape, desembargador Eurico de Barros Correia Filho; Embaixador do Brasil na Suécia, Marcos Pinta Gama; e presidente do TJPE, desembargador Leopoldo de Arruda Raposo

Esmape coordena missão técnica à Suécia

De 15 a 19 de maio de 2017, a Escola Judicial de Pernambuco – Esmape atendeu ao convite da Embaixada da Suécia no Brasil e coordenou a missão técnica oferecida aos magistrados do Tribunal de Justiça de Pernambuco. O objetivo foi estudar os direitos humanos e administrativos daquele país.

O desembargador Eurico de Barros Correia Filho, diretor-geral da Esmape e o presidente do TJPE, desembargador Leopoldo Raposo participaram da delegação que foi chefiada pelo Consul da Suécia, em Recife, Erik Limongi Sial.

Também participaram da missão: o Corregedor geral de Justiça, desembargador Antônio Melo e Lima e os desembargadores Jones Figueirêdo Alves, Frederico Neves, Candido Saraiva, Luiz Carlos Figueiredo, Patriota Malta, Alexandre Assunção, Evandro Magalhães, Fábio Eugênio, além do juiz Sílvio Romero Beltrão. A comitiva foi recepcionada na cidade de Estocolmo, pelo embaixador do Brasil - Marcos Pinta Gama e pelo ministro diplomático Alexandre Henrique Scultori de Azevedo Silva.

Na visita, houve troca de informações sobre o sistema jurisdicional sueco - Tribunal Distrital de Estocolmo, com as exposições das juízas chefe e

assistente, respectivamente, Dra. Gudrun Antemar e Dra. Ana Ziesnitz; a coordenação contra a prostituição e tráfico humano do Conselho Administrativo de Estocolmo, explicado pela procuradora relatora da National Rapporteur on THB Petra Tammert Seidefors; o sistema prisional sueco tratado pelo seu diretor assistente, Fredrik Holmgren, pela advogada do serviço probatório, Ida Forss e pelo assistente Sarang Ahsani.

Outros assuntos também foram estudados: O Projeto Porto Real ou Cidade do Futuro, exposto pelo engenheiro Norra Djurgardsstaden; e as atividades desenvolvidas pela Childhood Foundation, criada pela Rainha Silvia, para proteção das crianças vítimas de abuso, com explicação da gerente de projetos, Ulrikah Reih.

Segundo o desembargador Eurico de Barros Correia, “Conhecer um sistema judiciário de outro país e o trabalho de instituições parceiras permite que se faça um confronto com a realidade brasileira para saber onde é possível melhorarmos no atendimento ao jurisdicionado”, declarou.

Visita à Colômbia

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Leopoldo de Arruda Raposo, e o diretor-geral da Escola Judicial, desembargador Eurico de Barros Correia Filho, visitaram a Colômbia, no dia 25 de julho de 2017, para conhecer o trabalho do Poder Judiciário das cidades de Bogotá e Medellín.

A visita teve como objetivo firmar convênios e intercâmbios de cooperação acadêmica e técnica entre o Poder Judiciário dos dois países. Os desembargadores visitaram a Escola Judicial Rodrigo Lara Bonilla e foram recebidos pela ministra presidente da Suprema Corte de Justiça, Margarita Leonor Cabello Blanco e pela diretora da Escola, Dra. Myriam Ávila de Ardila.

Os desembargadores foram recebidos pelos magistrados no Conselho do Estado. O desembargador Eurico de Barros falou sobre a responsabilidade das escolas judiciais brasileiras na seleção e capacitação de juízes, e destacou o elevado número de demandas judiciais, em torno de 100 milhões que obriga o Judiciário brasileiro a procurar soluções urgentes, entre elas de conhecer e adotar boas práticas e iniciativas de outros tribunais, incluindo os internacionais.

O presidente do TJPE e o diretor geral da Escola Judicial também foram recebidos pelo presidente do Conselho de Justiça da Colômbia e conheceram os programas sociais integrados com a justiça.



Presidente do TJPE, desembargador Leopoldo de Arruda Raposo, ladeado pela ministra presidente da Suprema Corte de Justiça, Margarita Leonor Cabello Blanco; pela diretora da Escola Judicial Rodrigo Lara Bonilla, Dra. Myriam Ávila de Ardila; e pelo desembargador Eurico de Barros Correia Filho, diretor da Esmape

Interiorização e descentralização



Polo de Desenvolvimento Regional de Garanhuns

No Estado com vasta extensão territorial como é Pernambuco, composto 185 municípios, para atender a demanda de capacitações de magistrados e servidores do TJPE, a Escola Judicial buscou em 2017, expandir e descentralizar suas atividades através da implantação de polos específicos, como os já existentes em Caruaru, Petrolina e Garanhuns.

O projeto de interiorização consistiu em fazer com que cidades estratégicas pudessem aglutinar magistrados e servidores das comarcas circunvizinhas. Para concretizar a ação, a Escola fez parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) que, por sua vez, aplicou uma pesquisa de clima organizacional e trouxe subsídios qualitativos para o planejamento dos cursos.



Núcleo Regional da Esmape em Serra Talhada

No dia 24 de novembro de 2017, a Escola Judicial de Pernambuco – Esmape inaugurou seu núcleo regional na Comarca de Serra Talhada, cidade distante de Recife, em 415 quilômetros.

Numa solenidade comemorativa, o desembargador Eurico de Barros Correia Filho, diretor-geral da Esmape, acompanhado do juiz supervisor Saulo Fabianne e pelo diretor do Foro da Cidade, juiz Diógenes Portela Saboia Soares Torres, descerrou a placa.



Núcleo Regional da Esmape em Arcoverde

Dando continuidade à interiorização, ainda no dia 24 de novembro de 2017, o desembargador Eurico de Barros Correia Filho, diretor-geral da Escola, inaugurou o Núcleo Regional da Esmape em Arcoverde.

A inauguração foi marcada pela presença da diretoria da Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Amepe): juiz presidente Emanuel Bonfim; pelo 2º vice-presidente, desembargador Eudes dos Prazeres França; pelo secretário geral, juiz Nehemias Tenório; pelo diretor jurídico adjunto, juiz Igor da Silva Rêgo; além dos juízes Lúcio Grassi, Alexandre Pimentel, do diretor do Fórum Clóvis de Carvalho Padilha, juiz Cláudio Márcio Pereira Lima; e do juiz supervisor da Esmape, Saulo Fabianne.



Diretoria da Amepe prestigia solenidade de inauguração



Da esquerda para direita: Secretário executivo da Esmape, Wagner Lucena; diretor-geral, desembargador Eurico de Barros Correia Filho; juiz supervisor, Saulo Fabianne de Melo Ferreira; e o diretor do Fórum de Arcoverde, Cláudio Márcio Pereira Lima.

Eventos



8º Congresso de Direito de Informática e Telecomunicações

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Leopoldo de Arruda Raposo e o diretor-geral da Escola Judicial de Pernambuco - Esmape, desembargador Eurico de Barros Correia Filho, abriram, na manhã de 22 de setembro de 2016, o 8º Congresso de Direito da Informática e Telecomunicações (VIII Telecon), em parceria com o Instituto Brasileiro de Direito da Informática (IBDI) e Instituto dos Magistrados do Nordeste (IMN). O evento discutiu soluções para problemas decorrentes das relações sociais e das interações humanas no ambiente das redes de informática e telemática

O desembargador Leopoldo Raposo destacou a importância do Congresso, fazendo um paralelo com os aspectos sociais que os magistrados devem estar atentos por serem instrumentos de transformação e não apenas fazer parte da composição da lide. “Nós, magistrados, não podemos

ficar enclausurados nos gabinetes, mas estarmos junto da sociedade para acompanhar as mudanças”, disse. Ele destacou a missão institucional da Escola Judicial para qualificar magistrados e servidores.

O desembargador Eurico Barros Correia afirmou que a Escola Judicial cumpre um programa de cursos e eventos que se preocupam com a sociabilidade, a ética e a atualização jurídica, incluindo aqueles que não fazem parte da grade curricular da maioria das faculdades de direito do país. “A proposta de realizar o Congresso representou um desafio muito grande, porque mesmo com o marco civil da internet, a Lei nº 12.965 de 2014, há um vácuo na legislação, ao mesmo tempo em que compete aos juízes, interpretes e aplicadores da norma dar uma resposta à sociedade, utilizando de analogias, princípios do Direito e interpretações jurisprudenciais”, explicou.



Foto: Assis Lima / Ascom

O evento discutiu soluções para problemas decorrentes das relações sociais e das interações humanas no ambiente das redes de informática e telemática

Diálogos sobre relações familiares

O Direito de Família vem passando por enormes transformações. Duas legislações nacionais - Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Novo Código de Processo Civil (CPC), em 2015, trouxeram impactos significativos nos procedimentos adotados na resolução de conflitos.

Levar a discussão do assunto também para as universidades, formar profissionais que estejam adequados à nova construção familiar e envolver os diversos aqueles que já trabalham com a matéria - como magistrados, servidores, professores, membros do Ministério Público, advogados, psicólogos e operadores do Direito, fez a Escola Judicial estabelecer parceria com o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), e promover Diálogos de Família - 1º Encontro EJUD/IBDFAM/UNICAP, nos dias 15 e 16 de agosto de 2016.

De acordo com o diretor-geral da Esmape, no Brasil existe uma realidade que precisa ainda de muita adequação do critério de proteção e valorização do ser humano. “Vimos de uma sociedade muito estigmatizada, com um modelo unitário de família e esses resquícios não desaparecem da noite para o dia. Cabe a todos nós, que trabalhamos com a matéria, ampliarmos o conhecimento para oferecer uma prestação jurisdicional compatível com os avanços sociais”, assinalou.



Congressos Pernambucanos de Direito Notarial e Registral fazem parte do calendário anual

Em parceria com a Associação Pernambucana de Notários e Registradores (Apenor), Associação dos Registradores de Imóveis de Pernambuco (Aripe), Colégio Notarial do Brasil / Seção Pernambuco e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – Seção Pernambuco (IEPTB-PE) e Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), a Escola Judicial de Pernambuco (Esmape) promoveu o 5º e 6º Congresso Pernambucano de Direito Notarial e Registral, no período de 25 e 26 agosto de 2016 e 14 e 15 de setembro de 2017, respectivamente.



Desembargador Luís Paulo Allende enfatizou a qualificação oferecida pelas escolas judiciais aos notários e registradores



O diretor-geral da Esmape, desembargador Eurico de Barros Correia Filho, abordou o desafogamento do Poder Judiciário. “Espelhando-se no Direito português, principalmente, vislumbrou-se uma vertente que, indubitavelmente, desafoga o Judiciário: remete-se para o serviço extrajudicial de forma concorrente as questões que detêm o caráter meramente privado: o divórcio, o inventário e a partilha, a retificação de área e ultimamente a usucapião extrajudicial. E os servidores do extrajudicial, embora não pertencendo ao quadro do Tribunal de Justiça de Pernambuco, são delegatários do poder público e fiscalizador através da Corregedoria. Portanto, a Esmape sente-se no dever de capacitá-los”, afirmou.

Os dois congressos reuniram palestrantes de Portugal e das diferentes capitais brasileiras para oferecer aos magistrados, servidores e operadores do Direito pernambucanos a educação continuada.



Professores Roberto Campos, Venceslau Tavares, Ignácio Poveda e Marcos Bernardes compuseram uma das mesas de debate

VI CONGRESSO PERNAMBUCANO DE DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL COMO AGENTE DA INTEGRAÇÃO SOCIAL



Qualidade de vida e o novo CPC foram assuntos do III Fórum Nacional dos Oficiais de Justiça

Pernambuco sediou o III Fórum Nacional dos Oficiais de Justiça (Enojus), de 19 a 21 de outubro de 2016. O encontro foi promovido pela Escola Judicial de Pernambuco - Esmape, em parceria com o Sindicato dos Oficiais de Justiça de Pernambuco (Sindojus-PE) e Associação dos Servidores do Poder Judiciário de Pernambuco (ASPJ-PE) e reuniu mais de 300 profissionais, entre os quais 70 foram de outros Estados da Federação.

De acordo com o presidente do Sindojus - PE, Marcos Albuquerque, Pernambuco tem 1070 oficiais de justiça no TJPE e, aproximadamente, 600 na Justiça Federal e Justiça do Trabalho. Ele destacou o reconhecimento, valorização e incentivo que a Escola Judicial vem dando à profissão através de parcerias e promoção de capacitações.

Para o desembargador Eurico de Barros Correia Filho, diretor-geral da Escola Judicial, o oficial de justiça é aquele que dá o primeiro impulso para a formação da triangulação processual. “Quem conhece o Brasil são vocês que entram nos lares desafortunados e andam por lugares desassistidos dos poderes públicos para comunicar uma decisão judicial”.

Compartilhando da mesma opinião, o juiz supervisor Saulo Fabianne afirma que o oficial de justiça é o juiz na rua. “Costumo dizer que o oficial de justiça é o juiz nas ruas. Porque é ele que cumpre as decisões judiciais, comunicando às partes a decisão judicial. É através do oficial de justiça que se materializa a aplicação da lei ao caso concreto”, afirmou.



I e II Fórum das Equipes Interprofissionais da Infância e Juventude

No dia 28 de novembro de 2016, o auditório do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, em Recife, recebeu a primeira edição do Fórum das Equipes Interprofissionais da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Com o tema “Ética e interdisciplinaridade como desafios/norteadores cotidianos”, o evento, organizado pela Escola Judicial de Pernambuco (Esmape) e Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), reuniu cerca de 100 servidores do Judiciário estadual, entre psicólogos, assistentes sociais e pedagogos de todas as comarcas do Estado.

Em novembro de 2017, o evento se repetiu em dois dias de palestras. A solenidade de abertura do Fórum foi presidida pelo diretor-geral da Escola Judicial, desembargador Eurico de Barros Correia Filho, e coordenado pelo desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo. Na abertura, foi debatido a nova Lei de Adoção.



Palestra da então Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania, Dra. Cláudia Vidigal, ladeada pelos desembargadores Luiz Carlos Figueiredo, Eurico de Barros Correia e Stênio Neiva

FOJEPE debate Novo Código de Processo Civil

O III Fórum Estadual dos Juizados Especiais (FOJEPE), ocorrido de 02 a 03 de junho de 2016, reuniu magistrados, servidores e operadores do Direito para debater os Impactos do Novo Código de Processo Civil no Sistema de Juizados Cíveis e Fazendários e Justiça Restaurativa, com inovações nos Juizados Criminais.

O evento foi promovido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) e recebeu apoio científico da Escola Judicial na escolha dos palestrantes, organização e metodologia aplicada nos trabalhos em grupo.

Foram quatro grupos de discussões: Juizados Cíveis e das Relações de

Consumo; Juizados Criminais; Juizados Fazendários; Turmas Recursais e de Uniformização. Os participantes trocaram experiências de boas práticas de trabalho e construíram posicionamentos e interpretações que foram à plenária, no final do evento, para elaboração de enunciados que vão orientar magistrados nas decisões judiciais.

Os participantes receberam o Manual do III FOJEPE, uma compilação dos enunciados já aprovados em encontros anteriores e a sua legislação de referência.



Dr. Márcio Luiz Siqueira Campos; promotora de justiça, Helena Monteiro Araújo; juíza Ana Luíza Câmara; desembargadores Jones Figueirêdo Alves, Leopoldo de Arruda Raposo e Eurico de Barros Correia Filho, além do defensor público (à esquerda), Manoel Jerônimo.

FOMACRIM se consolida como evento anual

A iniciativa dos juízes estaduais, Luiz Carlos Vieira Figueiredo e Pierre Souto Maior Coutinho de Amorim, em criar o Fórum dos Magistrados Criminais do Tribunal de Justiça de Pernambuco (Fomacrim), recebeu imediatamente o apoio da Escola Judicial de Pernambuco.

“É um evento que definimos como permanente no calendário anual da Esmape, porque a cada ano precisamos inovar, otimizar e compartilhar métodos de trabalho para o Judiciário”, se comprometeu o desembargador Eurico de Barros Correia, diretor-geral da Esmape.

No dia 1º de novembro de 2016 e 02 de junho de 2017, aconteceram, respectivamente, o I e II Fomacrim, com objetivo de congregar e integrar

os magistrados da jurisdição criminal para discutir e compartilhar boas práticas de serventias judiciais, uniformizar métodos de trabalhos e procedimentos; elaborar, realizar e editar enunciados.

O juiz supervisor Saulo Fabianne, representando o desembargador Eurico de Barros Correia Filho, diretor-geral da Esmape, ao declarar aberto o II Fomacrim, afirmou “Começamos o Fomacrim no ano passado e, antes mesmo de o evento terminar, nós dissemos que já podíamos começar a preparar do ano seguinte. O Fomacrim não pode parar e a cada ano estamos trazendo palestrantes mais qualificados”, disse.



Prof. Rosmar Rodrigues de Alencar divide a mesa com os juízes Luiz Carlos Vieira de Figueiredo e Pierre Souto Maior



Juízes Luiz Carlos Vieira de Figueiredo, Pierre Souto Maior e Gisele Resende ladeando à esquerda, os juristas Afrânio Silva Jardim e Rubens Casara

Fórum de Precatórios e Requisições Judiciais

Na manhã de 31 de agosto de 2016 foi aberto o Fórum de Precatórios e Requisições Judiciais, promovido pela Escola Judicial, em parceria com o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O evento aconteceu no auditório do Pleno, situado na Rua do Imperador Pedro II, Centro do Recife.

O desembargador Luís Paulo Aliende, também diretor da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios, fez uma retrospectiva da criação da Câmara, da participação decisiva do TJPE que plantou a semente para todos pudessem retornar ao Estado e debater um tema complexo como são os precatórios.



Ministro Marco Aurélio Buzzi realiza palestra sobre conciliação

A Escola Judicial de Pernambuco - Esmape e o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) receberam, no dia 10 de novembro de 2017, o ministro Marco Aurélio Buzzi, para realização da “Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesse no Âmbito do Poder Judiciário”. O evento aconteceu no auditório do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, e teve como público-alvo os magistrados das Varas Cíveis, de Família, da Fazenda Pública, dos Juizados Cíveis e Criminais da Capital e da Região Metropolitana do Recife.

A palestra também foi direcionada aos 30 novos conciliadores e mediadores do Programa Justiça Cidadã, projeto que é fruto de um convênio entre o TJPE e a Arquidiocese de Olinda e Recife, e visa expandir a prática da conciliação por meio da presença de conciliadores junto às paróquias no Estado.

O vice-diretor da Escola Judicial do TJPE, desembargador Eduardo Sertório, falou da alegria pela realização do evento, destacando que os juízes devem integrar e conhecer outras áreas de seus tribunais. Na ocasião, Sertório presenteou o ministro Marco Aurélio Buzzi com o livro *Gestão e Justiça*, que reúne artigos e estudos sobre gestão jurisdicional, de autoria do desembargador e de sua equipe.



Desembargadores Erik Simões e Leopoldo Raposo; ministro do STJ, Marco Aurélio Buzzi, e o vice-diretor da Esmape, desembargador Eduardo Sertório.

Fóruns sobre Direito Médico

Recife é o segundo polo médico do Brasil. A Escola Judicial de Pernambuco - Esmape atenta à demanda, a necessidade de aprofundamento do conhecimento e ao diálogo que deve existir entre a classe médica e os juristas, promoveu dois encontros sobre Direito Médico.

O 1º Fórum EJUD/HospitalMed Norte-Nordeste de Direito Médico, aconteceu no dia 19 de agosto de 2016, no Centro de Convenções de Pernambuco, em Recife. Para 2017, a Esmape fez parceria com o Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Ferreira da Costa do Real Hospital Português (RHP) e realizou II Fórum de Direito Médico, no Salão Nobre do Hospital, entre os dias 17 e 18 de agosto do mesmo ano.

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Leopoldo Raposo, disse “O Judiciário tem a missão de promover a justiça e isso significa dar a mesma oportunidade a todos, em termos de saúde e educação. Mas, não é fácil o Poder Judiciário desincumbir-se desta tarefa. Temos que assumir uma posição proativa e sermos condutores de transformação para alterar as desigualdades sociais, ou seja, fazer com que os mais carentes economicamente tenham seus direitos efetivados, como o da saúde, incluído na Constituição de 1988”.

Segundo o desembargador Eurico de Barros Correia Filho, diretor-geral da Esmape, desde 2010, existe uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que se promova eventos, estudos e mobilização no setor médico. “No momento atual, diante das demandas que aparecem no Judiciário, o juiz deve conhecer as atividades básicas da Medicina, como tratamento, cirurgias, medicação e manipulação genética”, assinalou.





O Prof. Dr. Teodomiro Noronha Cardozo, coordenador de Pesquisas Científicas da Esmape falou sobre o uso da cannabis sob o aspecto do Direito Penal brasileiro.







Copedem: em busca da excelência de ensino

O 45º Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem) aconteceu no Recife. A abertura do evento, realizado em Boa Viagem, ocorreu no dia 27 de abril de 2017, com pronunciamentos do presidente do Colégio, desembargador Antônio Rulli Júnior, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP); do diretor-geral da Esmape – Escola Judicial de Pernambuco, desembargador Eurico de Barros Correia Filho; e do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Leopoldo de Arruda Raposo. A atividade foi encerrada no dia 28.

Tendo como tema principal “O Estado, a sociedade e a crise do sistema prisional: contribuição das escolas judiciais e da magistratura para a melhoria dos métodos de ressocialização e de execução penal”, a palestra de abertura do 45º Copedem foi apresentada pelo membro do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro José Múcio Monteiro. A autoridade falou sobre auditoria no sistema penitenciário.

Antes da palestra, o presidente do Copedem, desembargador Antônio Rulli Júnior, destacou a atuação do diretor-geral da Esmape: “A formação de magistrados e servidores contribui para o aperfeiçoamento da jurisdição. O Copedem é, na verdade, um centro de discussão e sugestão de temas para a formação dos operadores das atividades jurisdicionais. É importante ressaltar, neste encontro, a grande conquista obtida no Ministério da Educação, por meio do trabalho incansável dos desembargadores Marco Villas Boas e Eurico de Barros Correia Filho, que resultou na edição da Portaria que prevê a realização de programa de mestrado profissionalizante”, destacou Antônio Rulli.



No discurso, o diretor-geral da Esmape, desembargador Eurico de Barros Correia, disse “A Esmape cumpre o seu papel na formação de magistrados e servidores. Estamos aqui para adquirir conhecimento e buscar soluções para questões levantadas no dia a dia. Em Pernambuco, sempre contamos com desembargadores engajados na luta pela constante capacitação de magistrados e servidores”.



Ministro do TCU, José Múcio Monteiro, fez a palestra de abertura.

Desembargador Eurico de Barros assume Secretaria do Copedem

Ainda na abertura do 45º Copedem, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o diretor-geral da Esmape foram homenageados com a Medalha “Ministro Franciulli Netto” pelos serviços prestados à sociedade.

Além deles, o ministro José Mendonça Filho também foi agraciado pelo empenho nas tratativas de Portaria voltada à realização de doutorado profissional pelas escolas judiciais.

No dia 11 de agosto de 2017, o desembargador Eurico de Barros Correia Filho, diretor-geral da Esmape foi eleito e empossado como 1º Secretário do Colégio de Diretores das Escolas Estaduais de Magistratura (Copedem). A solenidade ocorreu no Centro de Eventos e Convenções Brasil 21, em Brasília – DF.

Na ocasião da Assembleia Geral Ordinária do Copedem, o diretor-geral da Esmape, desembargador Eurico de Barros Correia Filh prestou juramento prometendo cumprir fielmente os deveres a ele inerentes, cuja responsabilidade declarou também conhecer e assumir. Estavam presentes, o desembargador Antonio Rulli Júnior, presidente do Copedem, e demais convidados.



Desembargador Eurico de Barros Correia Filho recebe a Comenda das mãos do saudoso desembargador Antônio Rulli Júnior, TJSP, presidente do Copedem, falecido em 14 de janeiro de 2018



Diretor-geral da Escola Judicial toma posse como 1º secretário do Copedem, em Brasília

Fórum Aspectos do Novo CPC

Visando a atualização constante de magistrados e servidores do Poder Judiciário estadual, a Esmape – Escola Judicial de Pernambuco, propiciou e organizou o Fórum Aspectos do Novo CPC, para marcar um ano de vigência da norma jurídica. O evento aconteceu no dia 29 de março de 2017, no auditório do 2º andar do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, em Recife.

O desembargador Eurico de Barros Correia, reafirmou a missão institucional da Esmape em fomentar o aperfeiçoamento de servidores

e magistrados. “A Escola se sente gratificada em promover este Fórum, porque não é fácil trazer palestrantes tão qualificados como os processualistas que estão aqui. O evento é aberto ao público para que haja maior interação no debate das controvérsias do novo CPC e seja possível dissipar dúvidas”, disse.

O Fórum contou com palestras do processualista Sérgio Cruz Arenhart, dos juristas Ricardo Alexandre da Silva, Luiz Guilherme Marinoni, Renato Resende Beneduzi e Lúcio Grassi de Gouveia.



Juiz Lúcio Grassi de Gouveia



Desembargador Eurico de Barros Correia preside a abertura



Prof. Dr. Luiz Guilherme Marinoni fez palestra magna. A mesa foi presidida pelo desembargador Jones Figueirêdo.



Prof. Dr. Torquato de Castro Júnior fez a palestra de abertura



Dr. Ricardo Chueca, professor da Universidade de La Rioja, Espanha.

Curso marca os 100 anos do Código Civil

Para comemorar a promulgação do Código Civil de 1916, a Esmape – Escola Judicial de Pernambuco, em parceria com a Escola Superior de Advocacia de Pernambuco (ESA-PE), promoveu nos dias 05 e 06 de outubro de 2017, o curso “Os 100 Anos da Codificação Civil no Brasil”. O evento foi realizado no auditório do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano – 2º andar, Ala Norte, bairro Joana Bezerra, Recife.

O curso reuniu juristas do Brasil, como o Prof. Dr. Ricardo Luis Chueca Rodríguez, catedrático da Universidade de La Rioja, Espanha, para uma palestra abordando o direito comparado.

O diretor-geral da Escola Judicial, desembargador Eurico de Barros Correia Filho, abriu o evento reforçando a necessidade de aperfeiçoamento dos membros do Judiciário para efetivar a melhor prestação jurisdicional. “A Escola cumpre seus designios de oferecer a educação continuada. Um evento como este é resultado do enorme esforço das duas instituições para cumprir a finalidade de aperfeiçoamento de servidores, magistrados e advogados”, disse.

A palestra de abertura foi realizada pelo Prof. Dr. Torquato de Castro Júnior, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com o tema “Codificação e Constitucionalização do Direito Civil Brasileiro. Ele fez uma avaliação geral dos movimentos e da cultura jurídica no Brasil, através da produção dos códigos de 1916 e 2002, e da construção de textos em torno deles que, segundo o professor, é um termômetro da credibilidade do Direito e dos juristas dentro de uma sociedade.



Dr. Antonio Rulli Júnior dividiu o debate com o advogado Danilo Mergulhão.



Prof. Dr. Silvio Romero Beltrão, coordenador da pós-graduação Stricto Sensu; desembargador Eduardo Sertório Canto, vice-diretor e Prof. Dr. André Rosa, coordenador de Formação Inicial da Esmape, respectivamente; e Prof. Dra. Larissa Leal da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)



Esmape e CEJ promovem evento para marcar os 200 anos da Revolução de 1817

A manhã da segunda-feira 13 de março de 2017 foi diferente para os membros do Poder Judiciário estadual e público em geral. No salão do Pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) aconteceu a palestra do professor, arquiteto e historiador, José Luiz da Mota Menezes, em homenagem aos 200 anos da Revolução de 6 de março de 1817.

O evento fez parte da parceria cultural entre a Esmape – Escola Judicial de Pernambuco, comandada pelos desembargadores Eurico de Barros Correia Filho e Eduardo Sertório Canto, diretor e vice-diretor, respectivamente, e o Centro de Estudos Judiciários, dirigida pelo desembargador e decano do TJPE, Jones Figueirêdo Alves. O presidente do TJPE, desembargador Leopoldo de Arruda Raposo, abriu a solenidade.

A palestra contou com a presença da primeira-dama do Estado de Pernambuco, Ana Luiza Câmara; da Secretaria de Cultura da Cidade do Recife, Leda Alves; do procurador do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Francisco Sales; do historiador do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Reinaldo Carneiro Leão, além de membros do Judiciário.

Todos os desembargadores receberam um exemplar do livro “História Revolucionária de Pernambuco em 1817”, de Francisco Muniz Tavares, com notas de Manuel de Oliveira Lima, editado pela Companhia Editora de Pernambuco (CEPE). Os exemplares foram doados pela primeira-dama do Estado, Ana Luiza Câmara.

I Fórum de Seguro de Pernambuco

Para um público composto de magistrados, servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), advogados, profissionais liberais e das empresas seguradoras, foi promovido de 24 a 25 de agosto de 2017, o I Fórum de Seguros de Pernambuco realizado pela Esmape – Escola Judicial de Pernambuco em parceria com a Escola Nacional de Seguros. O encontro aconteceu no Mar Hotel, em Boa Viagem.

De acordo com o presidente Sindicato das Seguradoras do Norte/Nordeste (SINDSEG), Múcio Novaes, o mercado de seguros no Brasil movimenta um trilhão de reais, a maior parte aplicados em títulos públicos federais e pretende ampliar os investimentos, tornando um ponto de equilíbrio na recuperação econômica do país.

Para o diretor-geral da Esmape, desembargador Eurico de Barros Correia Filho, o evento teve como objetivo estabelecer um diálogo entre o Judiciário e as seguradoras. “O Judiciário não pode ficar se encastelando e conversando com ele próprio. A Esmape tem se esmerado para realizar eventos interinstitucionais e fomentar o conhecimento, atendendo a orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Estamos também internacionalizando a Escola Judicial através dos intercâmbios, porque o mundo é globalizado”, afirmou.



Desembargador Eurico de Barros Correia ressaltou a importância do diálogo entre a área jurídica e as empresas de seguros



Juiz Alexandre Pimentel falou sobre as inovações do CPC

Jurista Fredie Didier Júnior abre a Jornada Recifense de Direito Processual Civil

Foi realizada no dia 17 de novembro de 2017, a Jornada Recifense de Direito Processual Civil, no auditório do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano. O evento foi promovido pela Escola Judicial de Pernambuco - Esmape em parceria com Escola de Advocacia Ruy Antunes (ESA-OAB/PE) e Escola de Advocacia Geral da União (AGU).

O jurista Fredie Didier Júnior, professor da Universidade Federal da Bahia (FBA), autor de diversos livros fez a palestra magna. Ele apresentou um balanço positivo do primeiro ano de vigência do novo Código de Processo Civil (CPC). “A norma foi totalmente incorporada ao dia a dia e ninguém mais fala do Código de 1973. A impressão que eu tenho é que as escolas de magistraturas prepararam muito bem os juízes no ano da vacância, porque agora eles aplicam o novo CPC com determinação”, disse.

O desembargador federal do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Sérgio Torres Teixeira, que dividiu os debates com Fredie Didier, abordou a teoria geral do processo e parte geral do CPC.



IX Congresso Pernambucano de Direito Civil

A Escola Judicial de Pernambuco – Esmape, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Pernambuco (OAB-PE), promoveu nos dias 23 e 24 de novembro de 2017, o IX Congresso Pernambucano de Direito Civil: 110 anos do nascimento de Torquato de Castro – intérprete do Código Civil de 1916 e artífice do Código Civil de 2002, que tramitou no Congresso Nacional por quase 20 anos para sua edição.

O evento aconteceu no auditório do 2º andar do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano e homenageou o professor Ignacio Poveda Velasco. O desembargador Jones Figueiredo Alves representou o diretor-geral da Esmape, desembargador Eurico de Barros Correia Filho, durante a abertura do congresso. “A Escola Judicial sente-se muito honrada com essa coparticipação. Na verdade, é um compromisso permanente que une o Tribunal de Justiça e a OAB. Juntos nós somos melhores porque o resultado desta construção de esforços está em benefício não só do jurisdicionado, mas também da melhor doutrina”, afirmou.

O secretário-geral da Universidade de São Paulo (USP) e também presidente de honra do congresso, Ignacio Poveda falou sobre a “Codificação Civil e cultura jurídica”. “A codificação como processo histórico e civilizatório, não pode ser desrespeitada. Impõe-se um grande cuidado de ser traduzido numa permanente atitude de cidadania. Isto é particularmente válido para a codificação Civil, herdeira de longos séculos de estudo e de respeitosa reflexão de tantos sábios e juristas que nos precederam”, disse.



Curso de Aperfeiçoamento em questões de gênero e raça para magistrados e servidores do TJPE

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), em parceria com a Escola Judicial (Esmape), promoveu o Curso de Aperfeiçoamento em Violência de Gênero e suas Interfaces com as questões de Classe, Raça e Etnia.

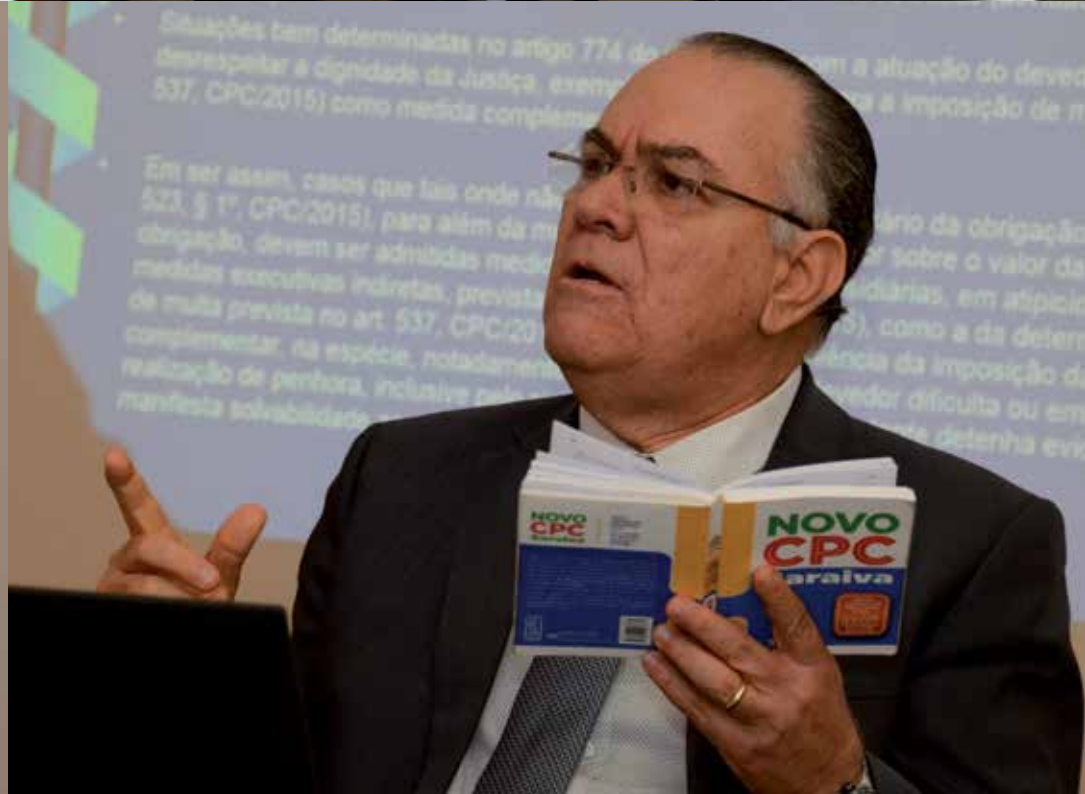
O evento aconteceu no dia 27 de novembro de 2017, no Memorial de Justiça de Pernambuco, e foi prestigiado pelo diretor geral da Esmape, desembargador Eurico de Barros Correia Filho; e pelos desembargadores Leopoldo Raposo e Antônio de Melo e Lima, presidente do TJPE e Corregedor Geral de Justiça, respectivamente.

O curso de aperfeiçoamento teve como público alvo os juízes, assessores e servidores que integram as equipes multidisciplinares e chefes das secretarias das Varas Especializadas em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Pernambuco possui dez no total. O intuito do curso foi trazer compreensão crítica sobre o tema de desigualdade de gênero e suas consequências na violência contra a mulher.

“É de uma importância singular a realização de eventos que envolvam o enfrentamento à violência contra a mulher, especificamente com o foco que nós estamos dando por conta dos 16 dias de ativismo da não violência contra a mulher com relação à população negra, que é algo que vem permeando as nossas ações também. Então, estamos fechando o ano de 2017 com este seminário que é muito mais uma capacitação para os nossos servidores e magistrados e equipe multidisciplinar com essa temática tão relevante”, lembrou a desembargadora Daisy Andrade.

Desembargadora Daisy Andrade, presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJPE, prestigiou o Encontro





Esmape comemora um ano de vigência do novo CPC

O diretor-geral e vice-diretor da Esmape, desembargadores Eurico de Barros Correia Filho e Eduardo Sertório Canto, respectivamente, juntamente com os desembargadores Jones Figueirêdo e Frederico Neves, e os juízes Alexandre Pimentel, Lúcio Grassi e Saulo Fabianne foram as cidades de Caruaru e Petrolina para debaterem “A experiência judiciária do novo CPC em seu 1º ano de vigência”. O encontro já havia acontecido em Recife.

Em Petrolina, eles se somaram aos magistrados do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o procurador da República, Edilson Vitorelli Diniz Lima, e os professores Roberto Campos Gouveia Filho, Antônio de Moura Cavalcanti Neto e Antônio Carvalho Filho, além do presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco, juiz Emanuel Bonfim.

O público foi restrito aos magistrados estaduais. Foram abordados temas polêmicos, as mudanças no rito processual, os reflexos de sua efetiva aplicação aos casos concretos, a prevalência de entendimentos e jurisprudências advindas das controvérsias, a validade dos entendimentos e decisões aplicadas pelos juízes monocráticos, as câmaras cíveis e os tribunais superiores.



Professor Roberto Campos Gouveia Filho e Edilson Vitorelli participaram das capacitações promovidas pela Esmape sobre o novo CPC.

Fórum Internacional sobre Justiça Restaurativa

Resultado de uma parceria entre a Escola Judicial de Pernambuco - Esmape, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e a Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), foi promovido o Fórum Internacional Justiça Restaurativa no Brasil: Possibilidades, Riscos e Desafios, nos dias 30 e 31 de maio de 2017. Participaram mais de 270 pessoas, entre magistrados, pesquisadores, professores, servidores e estudantes universitários.

A mesa de abertura foi composta pelo diretor-geral da Esmape, desembargador Eurico de Barros Correia Filho; pelo coordenador da Infância e da Juventude do TJPE, desembargador Luiz Carlos Figueiredo; pelo representante do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN), Victor Martins Pimenta; pelo coordenador da Pós-graduação em Direito da Unicap, Marcelo Labanca; pelo juiz supervisor da Esmape, Saulo Fabianne; pelo juiz coordenador da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), Adhailton Lacet Porto; e pela juíza da Infância e Juventude, Marylúcia Feitosa.

O desembargador Eurico de Barros ressaltou a importância da parceria na realização do evento e defendeu que a justiça restaurativa precisa ser implementada e aperfeiçoada. “Precisamos incrementar a justiça restaurativa que comunga a problemática da vítima, a sua consequência emocional, como também do agressor e a sua reabilitação”.



Desembargador Luiz Carlos Figueiredo é coordenador da Infância e Juventude do TJPE



Juiz Élio Braz é um dos grandes defensores da justiça restaurativa no país

ESMAPE
Escola Judicial de Pernambuco



Desembargador Eurico de Barros Correia ressaltou a importância da parceria para realização do evento

Esmape condecora personalidades

A Escola Judicial de Pernambuco – Esmape, realizou no dia 02 de fevereiro de 2018, a solenidade de entrega da Medalha de Honra ao Mérito Juiz Aluiz Tenório de Brito e da Medalha de Honra ao Mérito Desembargador Antônio Rulli Júnior - esta última destinada aos diretores e ex-diretores de escolas judiciais e da magistratura do Brasil.

O evento aconteceu no Auditório Nildo Nery dos Santos, na sede nova da instituição, localizada na Ilha Joana Bezerra, Recife.

As comendas que representam a mais alta condecoração da instituição são concedidas a pessoas físicas e jurídicas nacionais que tenham prestado relevantes serviços à Esmape. As indicações e escolhas são realizadas em sessão pelo Conselho da Medalha.



Agraciados com a Medalha de Honra ao Mérito Juiz Aluiz Tenório de Brito



Humberto Eustáquio Soares Martins

Ministro Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, representado pelo Desembargador Fernando Cerqueira Norberto dos Santos



Manoel de Oliveira Erhardt

Desembargador Federal e Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região - TRF5



Desembargador Francisco Roberto Machado

Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5)



Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti

Desembargador Federal aposentado - TRF5 e Diretor da Faculdade de Direito/UFPE



Manoel Jerônimo de Melo Neto
 Defensor Público-Geral do Estado de Pernambuco



Ivanildo de Figueiredo Andrade de Oliveira Filho
 Professor e Tabelião do 8º Tabelionato de Notas de Recife-PE



Ricardo do Nascimento Correia de Carvalho
 Advogado e Procurador-Geral do Município De Recife



Maria Köming de Siqueira Regueira
 Consul Geral da Alemanha no Nordeste



Erik Limongi Sial
Cônsul da Suécia, em Recife



Sílvio Neves Baptista
Jurista pernambucano



João Maurício Leitão Adeodato
Professor Universitário e jurista pernambucano



Alberto Ferreira da Costa
Provedor do Real Hospital Português de Beneficência, em Pernambuco



Maria do Carmo Lencastre de Menezes Cruz

Diretora do Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Ferreira da Costa, mantido pelo Real Hospital Português



André Vicente Pires Rosa

Juiz de Direito e Coordenador do Vitaliciamento de Magistrados da Esmape



Alda Lúcia Soares Paes de Souza

Tabeliã da 1º Serventia Notarial de Jaboatão dos Guararapes e presidenta da Associação dos Registradores Imobiliários de Pernambuco - Aripe



Miriam de Holanda Vasconcelos

Tabeliã 1º Oficial de Registros de Imóveis da Comarca de Recife



Ricardo Mendes Lins
Diretor-Geral do TJPE



Wagner Barbosa de Lucena
Servidor efetivo do TJPE e Secretário Executivo da Esmape

Agraciados com a Medalha instituída em comemoração ao 30º aniversário da Esmape, inaugurada em 10 de agosto de 1987



Og Marques Fernandes

Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e primeiro supervisor da Esmape, em 1987, quando era juiz de Direito da capital



Nildo Nery dos Santos (in memoriam)

Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), falecido em janeiro de 2018. Foi o primeiro diretor da Esmape, sendo representado, na solenidade, pelo seu filho - o juiz de Direito Nildo Nery dos Santos Filho.

Medalha Antonio Rulli Júnior



Antônio Rulli Junior (in memoriam)

Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), falecido em janeiro de 2018. Foi presidente Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), tendo seu nome dado origem a esta condecoração anual destinada a um diretor da Escola Judicial do Brasil. Na solenidade, o jurista Antonio Rulli Neto, representou o pai.

... e o Fórum de Direito Médico



Mesa diretora da Esmape apresenta a instituição no 1º dia de aula

Esmape, juiz Saulo Fabianne.

o presidente do TJPE falou da missão do Judiciário de promover a justiça e dar a mesma oportunidade a todos, em termos de saúde e bem-estar. "Temos que assumir

do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que haja eventos e estudos voltados ao setor médico. No momento atual, e diante das demandas que aparecem no Judiciário, o juiz deve conhecer as atividades básicas da Medicina,

que assu-
sição



Desembargadores do TJPE prestigiaram o evento

como tratamento, cirurgias, medicação e manipulação genética", assinalou.

"Precisamos, como magistrados, fazer cursos intra-institucionais para ouvirmos a classe médica e ter uma compreensão dos problemas como o internamento nas UTIs - que nos deparamos nos plantões judiciários e precisamos decidir, e as implicações ético-jurídicas dos procedimentos", disse Eurico de Barros Correia.

As palestras abordaram a judicialização e sustentabilidade; a relação oferta e demanda do leito do Estado; as implicações ético-



Médico e ator Reinaldo de Oliveira fez uma palestra inspiradora. O auditório lotado com o humor do ator de teatro paranaense e letrado com um discurso dirigido aos desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná.

pelo Judiciário estadual e em a confiança de nossos

Esmape aperfeiçoa comunicação com o público externo

Aproximar-se do magistrado e servidor, estabelecendo um canal estreito de comunicação com a Escola Judicial de Pernambuco - Esmape. Com esse objetivo, o setor de Comunicação criou a Newsletter semanal e o serviço “Fique Antenado” para dar visibilidade as realizações da instituição e alertar o seu público para as inscrições abertas dos cursos e eventos, como congressos, seminários e fóruns.

O público reagiu positivamente. “Hoje há maior interatividade. As pessoas fazem as solicitações e até sugestões sobre quais cursos gostariam de ter na sua comarca, através do Fique Antenado”, disse Joseane Ramos Duarte Soares, responsável pelo setor. Consequentemente, o número de inscrições aumentou.

Joseane Duarte e Gleber Nova, este último fotógrafo, comemoram as coberturas jornalísticas. “Nesta gestão, tivemos três cursos de formação inicial de magistrados, com carga horária de 460 horas e uma agenda diversificada com aulas presenciais e visitas institucionais. Estivemos

presentes em todos os eventos da Escola, superamos barreiras e tivemos apoio da Ascom do TJPE”, afirma Joseane.

Logo no início da gestão do desembargador Eurico de Barros Correia Filho, a Esmape fez investimento em câmera e lentes fotográficas. “Escolhemos o melhor equipamento do mercado e hoje é possível obter fotos com qualidade, a exemplo da capa deste relatório. Além disso, passamos a disponibilizar as fotografias no flickr e instagram”, pontuou Gleber Nova.

O jornal institucional “Escola Judicial em foco” está no seu quinto número. “Buscamos contemplar o público que não acessa a internet e prefere ainda receber informações impressas”, explicou Joseane. Aperfeiçoar o site e falar ao público numa linguagem clara e acessível é a intenção da equipe.

A Revista da Esmape, periódico técnico-científico está classificada no Portal Capes/Qualis do Ministério da Educação como “revista editada por programas de pós-graduação de áreas afins com ensino – B5”.



Servidores e magistrados do TJPE recebem por e-mail um alerta dos cursos que estão com matrículas abertas

De acordo com Joseane Duarte “Elevá-la é um dos maiores desafios, porque os critérios mudam e existem os trâmites burocráticos para impressão. Mas são 22 anos de edição e há respeitabilidade da comunidade acadêmica pela Revista. Editá-la tem sido um compromisso de todas as gestões da Escola Judicial”.

Outro repositório do conhecimento é a Biblioteca da Esmape, com mais de 23 mil volumes. Devido à interdição do antigo prédio da Esmape, os serviços foram suspensos temporariamente. “A nova biblioteca terá mais de 500 metros quadrados, com salas de estudos individuais e em grupos. A expectativa é atualizar o acervo e ampliar o atendimento para servidores e magistrados”, destacou Joseane Duarte, também gestora da Biblioteca.



O jornal Escola Judicial em Foco está na sua quinta edição


Escola Judicial
newsletter

Informativo eletrônico de notícias
 23 de agosto de 2017 | Edição nº 58

Sucesso no II Fórum de Direito Médico promovido pela Esmape



A abertura foi na manhã da quinta-feira (17). O evento foi realizado em parceria com o Real Hospital Português (RHP), através do seu Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Ferreira da Costa, e reuniu magistrados e médicos. [Leia mais.](#)

Matérias sobre infância e juventude são abordadas no Curso de Formação Inicial



Os novos juizes do Curso de Formação Inicial de Magistrados da Esmape tiveram oportunidade, nesta semana, de conhecer a atuação da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e ações desenvolvidas pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA-PE), entre elas, o Projeto Acolher e Escola Legal. [Leia mais.](#)

Agora é a vez do Polo de Petrolina receber curso sobre o novo CPC



A Esmape promoverá em Petrolina o curso “A Experiência Judiciária do novo CPC em seu 1º ano de vigência”, a ser realizado de 31 de agosto a 1º de setembro de 2017, no Fórum Dr. Manoel Souza Filho, localizado na Praça Santos Dumont, s/nº - Centro. [Leia mais.](#)

A Newsletter assinala as principais notícias da Esmape

ESMAPE Escola Judicial de Pernambuco

[INÍCIO](#) [INSTITUCIONAL](#) [CURSOS](#) [BIBLIOTECA](#) [PUBLICAÇÕES](#) [LEGISLAÇÃO](#) [NOTÍCIAS](#)

Escola Judicial de Pernambuco > [Início](#)

Notícias



Comitiva brasileira conclui curso em Madri

16/01/18

Inscrições abertas para cursos de aperfeiçoamento

Diretoria de Magistrados comemora recorde de capacitações

Servidores: Fiquem atentos aos cursos de aperfeiçoamento

12 cursos na Esmape estão com inscrições abertas em janeiro

Em janeiro, a Esmape abre vagas para diversos cursos

[Mais notícias](#)



Diretor-geral da Esmape, desembargador Eurico de Barros Correia Filho; presidente do TJPE, desembargador Leopoldo de Arruda Raposo, e o prefeito do Recife, Geraldo Júlio, em visita ao Compaz Escritor Ariano Suassuna

Um diretor-geral dinâmico e presente



Visita dos juízes do Curso de Formação Inicial ao Comando Geral do Nordeste, recepcionada pelo General Artur Costa Moura. Na ocasião, ele proferiu palestra sobre as atividades desenvolvidas na instituição e depois ofereceu um almoço aos visitantes.



Visita ao Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros, antigo Presídio Aníbal Bruno, realizada pelos novos juízes do TJPE



Desembargador Eurico de Barros Correia Filho, diretor-geral da Esmape; e desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas, diretor-geral da Esmat



Juízes do Curso de Formação Inicial visitam a sede dos Juizados Especiais, situada no bairro da Imbiribeira, Recife. Eles foram recebidos pela juíza Ana Luíza Wanderley Câmara, coordenadora dos Juizados Especiais e da Esmape.



Novos magistrados visitam o Quartel da Polícia Militar, no bairro do Derby e sede do Comando Geral.



“Nunca se ofereceu tantos cursos na Escola Judicial quanto agora e com propostas inovadoras, apesar da dificuldade da estrutura predial. Tivemos coesão de objetivos e nos motivamos diante dos desafios”.

Karla Fabiana Salvador - Unidade de Magistrados

“Arrojada. Essa é a palavra que para mim define a gestão. Por ser exigente e disciplinado, o desembargador Eurico faz com que toda equipe se supere e seja cada dia mais responsável”.

Maria Monteiro de Albuquerque – Assessora Técnica da Secretária Executiva



“Foi uma gestão dinâmica e muito focada em atender urgentemente à demanda de cursos necessários a progressão funcional de servidores e oferecer uma infraestrutura adequada para ampliação das atividades da Escola Judicial”.

Maria Goret Cavalcanti Araújo – Unidade de Pós-Graduação

“A gestão foi bastante produtiva. O desembargador Eurico foi resiliente porque, apesar da tempestade advinda com a interdição do prédio da Esmape, expôs o problema à equipe, mobilizando todos e teve a humildade de pedir ajuda aos setores do Tribunal para relocar a Escola. E não paramos de produzir”.

Maria Dalva Pereira Cavalcante - Unidade de Trabalhos Científicos



Discurso do desembargador Eurico de Barros Correia Filho, na ocasião do encerramento da gestão, como diretor-geral da Esmape

Saudação solene a autoridades presentes

Senhoras e Senhores,

Os desafios foram muitos.

Com poucos dias de gestão, eis que desaba o forro de gesso de uma das salas de aula, onde era ministrado o curso de Formação Inicial para 30 novos juízes. Era uma tarde de segunda-feira e os magistrados tinham sido deslocados para assistir a sessão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Graças a Deus!

Houve a necessária interdição do prédio, com o laudo de inspeção do Departamento de Engenharia e, portanto, foram transferidas as atividades da Escola Judicial para outros edifícios deste Tribunal.

O centro administrativo ficou funcionando no andar térreo do Edifício Paula Baptista, no bairro de Santo Antônio. As salas de aulas foram instaladas no 5º andar do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, localizado no bairro Ilha Joana Bezerra. E outras duas salas, equipadas com computadores para as aulas sobre o PJE- Processo Judicial Eletrônico, foram abertas no Edifício do Brum, situado no centro do Recife.

Com uma equipe insuficiente, composta de 20 servidores, e com a ajuda dos empregados da prestadora de serviços, trabalhou-se, heroicamente, de uma sexta-feira ao domingo para que não houvesse interrupção das atividades da Esmape.

As equipes foram divididas, mas não o foco das realizações. Este sim, foi fortificado.

Diante do impasse e insucessos em alugar um imóvel, tratei de envidar esforços para que fosse retomada a construção do edifício que, originalmente, se destinava a ser a nova sede da Esmape.

A obra tinha sido iniciada há mais de seis anos, época em que o desembargador Leopoldo Raposo dirigia a instituição e eu era o vice-diretor. Ele, então, conseguiu reprimar o projeto e apostou na retomada da construção.

Foi um dos maiores desafios da gestão, vencer os trâmites burocráticos para alavancar os projetos que hoje se tornaram realidade e transformar a Escola Judicial em um complexo acadêmico para as próximas décadas, estruturado em 9.765,22 m².

A nova Escola Judicial de Pernambuco é um legado para servir por décadas à qualificação e aperfeiçoamento dos magistrados e servidores do Judiciário pernambucano.

Outro grande desafio de minha gestão foi a volta do funcionamento do parque gráfico da Escola, no final do ano passado, importante passo para impressão da Revista da Esmape, do jornal Escola Judicial em Foco, e outras publicações, resultando em evidente economia de recursos financeiros para este Tribunal.

Quero expressar todo meu agradecimento ao desembargador Leopoldo de Arruda Raposo porque, sem o seu apoio, nada poderíamos

fazer e, sob suas ordens, contamos com a ajuda dos diversos setores do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Registro que fui vice-diretor da Esmape na exitosa gestão do desembargador Leopoldo Raposo, de 2010 a meados de 2013 e posso afirmar: Ele é aficionado pela Escola Judicial.

Fiquei também muito feliz em ter, como vice-diretor, o estimado colega e amigo Eduardo Sertório Canto, que quando advogado dirigiu a Escola de Advocacia da OAB pernambucana, com muito êxito.

O Centro de Estudos Judiciários (CEJ), que foi tão bem dirigido pelo desembargador Jones Figueirêdo, é um necessário parceiro da Escola Judicial e deverá funcionar neste mesmo prédio, estimulando a pesquisa para a produção do conhecimento científico e aperfeiçoamento profissional.

Pela importância e conceito que adquiriu no decorrer de anos de sucessivas e significativas administrações, a Escola Judicial de Pernambuco, ESMAPE, como ficou conhecida, despontou como um dos mais respeitáveis centros de formação profissional de magistrados do país. Seu conceito e importância extrapolam fronteiras, através dos diversos intercâmbios nacionais e internacionais que foram celebrados.

Vale lembrar sempre que se exige, para o aprimoramento do juiz, que haja uma avaliação permanente e contínua, a fim de estimular a percepção e a sua evolução sobre os problemas jurídicos, sociais, econômicos e familiares de sua decisão judicial. Então, senhores magistrados, aprofundem e elevem o seu conhecimento, mas, principalmente, conheçam a realidade social de sua Comarca e à ética.

Durante toda carreira, o juiz que pretende ser promovido ou removido, por merecimento, tem que cumprir 40 horas anuais de frequência e aproveitamento em cursos oficiais, oferecidos pela Esmape, ou reconhecidos por ela.

Nesse intuito, propiciamos aos magistrados e servidores cursos, seminários, fóruns, congressos, encontros, e procuramos incrementar parcerias com diversas instituições nacionais e estrangeiras, a fim de contribuir com um ideal de excelência técnica e ética do magistrado e do servidor.

Fizemos parcerias com escolas congêneres; e abrimos um canal de diálogo entre a Esmape e seu público. Ouvimos reivindicações e, na medida do possível, conseguimos atender e ofertar cursos que propiciaram a ascensão funcional.

Por fim, realizamos uma gestão sintonizada com os desígnios e expectativa do presidente Leopoldo Raposo - a quem agradeço mais uma vez a confiança em mim depositada.

Agradeço a colaboração de todos, a Saulo Fabianne de Melo Ferreira, a quem chamei para supervisor, e a todos os servidores da Esmape (nomeou cada um). Tenho a sensação de missão cumprida.

Agradeceu a todo corpo técnico, sem o qual nada poderia ser feito, destacando: Francisco Sertório (vice-diretor) Saulo Fabianne (supervisor e administrador emérito) e à coordenadora pedagógica geral, Ana Cláudia Brandão de Barros Correia Ferraz - a quem faço homenagem especial e que não pode estar aqui. Como coordenadora pedagógica geral, ela está complementando os seus estudos do doutorado na Inglaterra, mas rendo minhas homenagens significativas pelo trabalho de excelência exercido como coordenadora pedagógica da gestão.

Muito obrigado a todos.

Recife, 06 de fevereiro de 2018

Desembargador Eurico de Barros Correia Filho
Diretor-geral





Novo diretor-geral da Escola Judicial de Pernambuco (Esmape), desembargador decano do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Jones Figueirêdo Alves (Biênio 2018-2019)

Apêndice



Pós-Graduação em Números

Pós-Graduação 2016

CURSO	TURMA	QUANTIDADE DE VAGAS DISPONIBILIZADAS
DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL - GARANHUNS	T3	40
DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL	T4	40
DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL	T5	40
DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL	T6	40
DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL	T7	40
DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL	T8	40
DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL	T1	40
DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL	T2	40
DIREITO PÚBLICO	T1	40
DIREITO PÚBLICO	T2	40
DIREITO PÚBLICO	T3	40
TOTAL DE ALUNOS		440

Pós-Graduação 2017.1

CURSO	TURMA	QUANTIDADE DE VAGAS DISPONIBILIZADAS
DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL	T4	40
DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL	T5	40
DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL	T6	40
DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL	T7	40
DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL	T8	40
DIREITO PÚBLICO	T2	40
DIREITO PÚBLICO	T3	40
DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL	T3	40
TOTAL DE ALUNOS		320

Pós-Graduação 2017.2

CURSO	TURMA	QUANTIDADE DE VAGAS DISPONIBILIZADAS
DIREITO DA SAÚDE	1	40
TOTAL DE ALUNOS		40

Previsão de abertura de mais 8 (oito) novas turmas de Pós-graduação na presente gestão

Magistrados em números

Cursos realizados em 2016/2017

ANO 2016

CURSO OFERECIDO MODALIDADE	CURSO OFERECIDO QUANTITATIVO	VAGAS OFERTADAS	MAGISTRADOS CAPACITADOS
PRESENCIAL	24	1.193	619
EAD	***	***	***
TOTAL	24	1.193	619

ANO 2017*

CURSO OFERECIDO MODALIDADE	CURSO OFERECIDO QUANTITATIVO	VAGAS OFERTADAS	MAGISTRADOS CAPACITADOS
PRESENCIAL	27	1.083	631
EAD	***	***	***
TOTAL	27	1.083	631*

TOTAIS

ANO	CURSO/QUANTITATIVO	VAGAS OFERTADAS	MAGISTRADOS CAPACITADOS
2016	24	1.193	619
2017*	27	1.083	631
TOTAL	51	2.276	1.250

**Dados atualizados até 10 de janeiro de 2018*

Cursos ofertados e credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam

Fevereiro a julho de 2016

Número de ordem	Curso	Carga horária	Data da realização	Número de Magistrados capacitados.	Número de Vagas ofertadas
01	Curso de Formação Inicial Magistrados – Turma 2016	712,9 h/a e 686 h/a	05/02 a 10/06/2016	31	31
02	Curso de Vitaliciamento – Turma 2: Alterações Legislativas NCPC e Ética	30h/a	17 a 19/02/2016	31	31
03	Novo Código do Processo Civil – Destaque das Principais Novidades (EAD)	16 h/a	21/03 a 21/06/2016	111**	153
04	Da Sentença e da Coisa Julgada – Turma Recife	20 h/a	31/03 a 01/04/2016	44	50
05	Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública – Turma Recife	20 h/a	07 a 08/04/2016	23	50
06	Da Sentença e da Coisa Julgada – Turma Caruaru	20 h/a	14 a 15/04/2016	09	50
07	Procedimento Probatório no Novo CPC – Turma Recife	20 h/a	16 a 17/06/2016	37	50
TOTAL				286	415

** Cursos em EaD/CERS - Complexo de Ensino Renato Saraiva - Não credenciados pela Enfam

*Cursos ofertados e credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam
 Agosto a dezembro de 2016*

Número de ordem	Curso	Carga horária	Data da realização	Número de Magistrados capacitados	Número de Vagas ofertadas
01	Audiência de Custódia (Petrolina)	20 h/a	04 e 05 de agosto	15	50
02	Teoria do Crime (Recife)	20 h/a	04 e 05 de agosto	09	50
03	Audiência de Custódia (Caruaru)	20 h/a	18 e 19 de agosto	31	50
04	Teoria do Crime (Caruaru)	20 h/a	08 e 09 de setembro	04	50
05	Tutelas Provisórias (Recife)	20 h/a	14 e 30 de setembro	16	50
06	Direito da Informática (Recife)	20 h/a	22 e 23 de setembro	15	50
07	Cumprimento de Sentença – NCPC (Recife)	20 h/a	13 e 14 de outubro	38	50
08	Justiça Restaurativa (Garanhuns)	20 h/a	13 e 14 de outubro	09	50
09	Cumprimento de Sentença – NCPC (Caruaru)	20 h/a	20 e 21 de outubro	23	50
10	Justiça Restaurativa (Recife)	20 h/a	03 e 04 de novembro	16	50
11	Cumprimento de Sentença – Garanhuns	20 h/a	17 e 18 de novembro	16	50
12	Gestão Cartorária (VITALICIAMENTO – Recife)	20 h/a	28 e 29 de novembro	26	26
13	Tópicos de Família (VITALICIAMENTO – Recife)	20 h/a	30 de novembro e 07 de dezembro	26	26
14	Tutelas Provisórias – Caruaru	20 h/a	01 e 02 de dezembro	14	50
15	Curso de Formação Inicial		Início em 29 de novembro	20	20
16	Juizados Cíveis (VITALICIAMENTO – Recife)	20 h/a	05 e 06 de dezembro	26	26
17	Tutelas Provisórias (Petrolina)	20 h/a	08 e 09 de dezembro	12	50
28	Audiência de Custódia (Garanhuns)	20 h/a	15 e 16 de dezembro	17	50
	TOTAIS			333	778

Cursos ofertados e credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam

Fevereiro a julho de 2017

Número	Curso	Carga horária	Realização	Número de Magistrados capacitados	Número de vagas ofertadas
01	Fórum Aspectos do Novo CPC	8h/a	29/03/2017	18	50
02	Fórum de Justiça Restaurativa	12 h/a	30 e 31/05/2017	08	50
03	II FOMACRIM - Fórum dos Magistrados Criminais	8h/a	02/06/2017	49	75
04	Direito de Seguro	10 h/a	24 e 25/08/2017	11	35
05	Congresso de Direito Civil	14 h/a	05 e 06/10/2017	13	50
06	IV Fórum Estadual dos Juizados Especiais - FOJEPE	14 h/a	19 e 20/10/2017	37	145
07	Jornada Recifense de Direito Processual Civil	10 h/a	17/11/2017	7	50
08	1º Fórum Pernambucano da Infância e Juventude	20 h/a	23 e 24/11/2017	11	35
09	IX Congresso Pernambucano de Direito Civil	15 h/a	23 e 24/11/2017	2	20
10	Seminário Violência de Gênero e suas Interfaces	8 h/a	27/11/2017	11	12
TOTAL	10	119 h/a	***	167	522

* Não contando para progressão.

Cursos ofertados e credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam

2017

Número	Curso	Carga horária	Realização	Número de Magistrados capacitados	Número de vagas ofertadas
Contín.	Curso de Formação Inicial – 2ª turma	480 h/a	Nov 2016 / Fev 2017	20	20
01	A Experiência Judiciária no NPCP em seu 1º ano de vigência	20 h/a	06 e 07 de abril	48	50
02	Procedimento Probatório no NCPC – Turma Caruaru	20 h/a	27 e 28 de abril	19	50
03	Direitos da Infância e Juventude: Conhecer para Proteger: Destituição/Extinção do Poder Familiar e Pretendentes à Adoção – Turma Recife	20 h/a	11 e 12 de maio	21	50
04	Procedimento Probatório no NCPC – Turma Garanhuns	20 h/a	11 e 12 de maio	12	50
05	Gestão cartorária – Turma Caruaru	20 h/a	25 e 26 de maio	15	50
06	Impactos Econômicos e Sociais das Decisões Judiciais – Turma Recife	20 h/a	25 e 26 de maio	26	50
07	Feminicídio e Questões de Gênero – Quadro Analítico Atual à Luz do Direito Penal - Vitaliciamento	20 h/a	06 e 07 de junho	25	25
08	A Experiência Judiciária do NCPC no 1º Ano de Vigência – Reflexos e Controvérsias - Vitaliciamento	20 h/a	08 e 09 de junho	25	25
09	Procedimento Comum no NCPC – Uma Análise Crítica Inovadora - Vitaliciamento	20 h/a	12 e 13 de junho	25	25
10	Direitos da Infância e Juventude: Conhecer para Proteger: Destituição/Extinção do Poder Familiar e Pretendentes à Adoção – Turma Caruaru - JORNADAS PERNAMBUCANAS	20 h/a	08 e 09 de junho	23	30
11	Curso de Formação Inicial – 3ª Turma	480 h/a	07 de julho/11 outubro	10	10

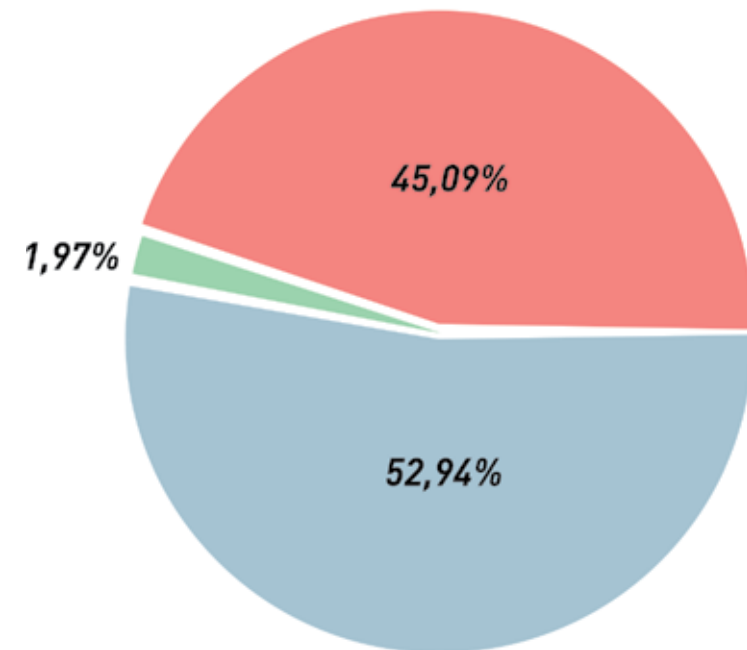
12	Justiça Restaurativa – Turma Caruaru	20 h/a	13 e 14 de julho	11	50
13	A Exp. Judiciária no NCPC – Turma 2 Recife	20 h/a	13 e 14 de julho	40	50
14	A Exp. Judiciária no NCPC – Turma Caruaru	20 h/a	09 e 10 de agosto	17	50
15	Direitos da Infância e Juventude: Conhecer para Proteger: Destituição/Extinção do Poder Familiar e Pretendentes à Adoção – Turma Petrolina - JORNADAS PERNAMBUCANAS	20 h/a	17 e 18 de agosto	11	12
16	“Direito Médico - Demandas Judiciais no Âmbito da Saúde – Direitos e Obrigações”	20 h/a	17 e 18 de agosto	43	50
17	A Exp. Judiciária no NCPC – Turma Petrolina	20 h/a	31/agosto e 01/setembro	22	50
18	Direitos da Infância e Juventude: Conhecer para Proteger: Destituição/Extinção do Poder Familiar e Pretendentes à Adoção – Turma Garanhuns - JORNADAS PERNAMBUCANAS	20h/a	14 e 15 de setembro	28	50
19	Direito Notarial e Registral	20 h/a	14 e 15 de setembro	12	50
20	Feminicídio e Questões de Gênero – Quadro Analítico Atual à Luz do Direito Penal – Turma Caruaru	20 h/a	21 e 22 de setembro	19	50
21	Feminicídio e Questões de Gênero – Quadro Analítico Atual à Luz do Direito Penal – Turma Recife	20 h/a	28 e 29 de setembro	29	50
22	Direitos da Infância e Juventude: Conhecer para Proteger: Destituição/Extinção do Poder Familiar e Pretendentes à Adoção – Turma Serra Talhada - JORNADAS PERNAMBUCANAS	20 h/a	19 e 20 de outubro	20	23
23	A Exp. Judiciária no NCPC – Turma Arcoverde	20 h/a	23 e 24 de novembro	15	50
24	Recuperação Judicial e Falência – Turma Recife	20 h/a	30 de novembro e 01 de dezembro	33	50
25	Procedimento Comum no NCPC – Uma Análise Crítica Inovadora – Vitaliciamento Turma 2	20 h/a	04 e 05 de dezembro	20	21
26	Feminicídio e Questões de Gênero – Quadro Analítico Atual à Luz do Direito Penal – Vitaliciamento Turma 2	20 h/a	06 e 07 de dezembro	21	21
27	Direito das Sucessões na Prática: Noções Gerais e Questões Controvertidas – Vitaliciamento Turma 2	20 h/a	11 e 12 de dezembro	21	21
TOTAL	27	520 h/a	***	631	1083

Representação gráfica

Capacitação de magistrados 2016-2017

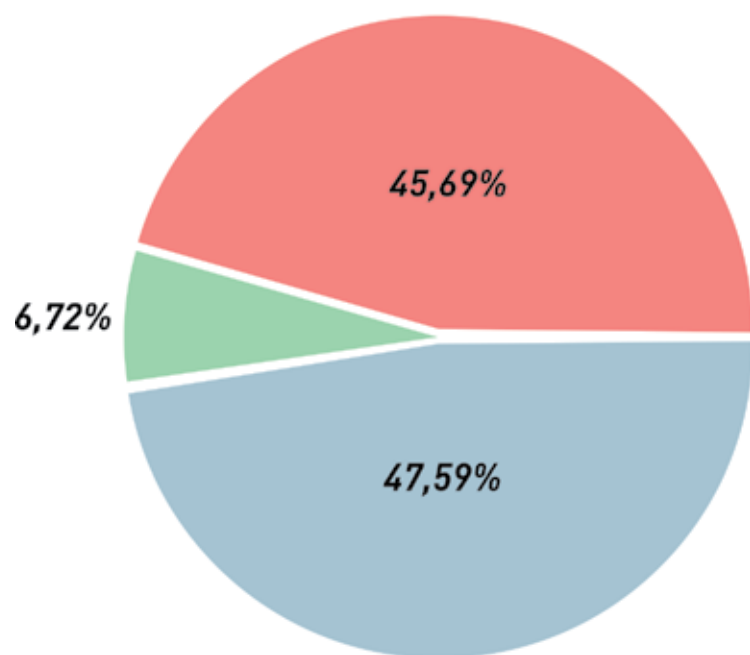
	Cursos Oferecidos	Vagas Ofertadas	Magistrados Capacitados
Modalidade presencial 2016	23	1.040	508
Modalidade à distância 2016	1	153	111
Modalidade presencial 2017	27	1.083	632

Cursos Oferecidos



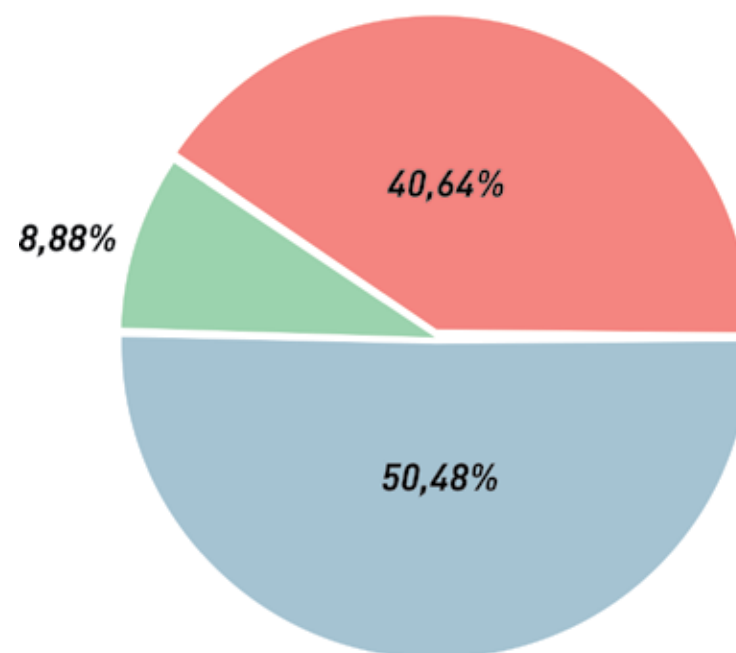
- Modalidade presencial 2016
- Modalidade à distância 2016
- Modalidade presencial 2017

Vagas Ofertadas



- Modalidade presencial 2016
- Modalidade à distância 2016
- Modalidade presencial 2017

Magistrados Capacitados



- Modalidade presencial 2016
- Modalidade à distância 2016
- Modalidade presencial 2017

Cursos PJe em números

Cursos Presenciais 2016

PALESTRA - MUDANDO COM O PJE (03 TURMAS)	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
PALESTRA "MUDANDO O PJE"	15	15
PALESTRA "MUDANDO O PJE"	21	21
PALESTRA "MUDANDO COM O PJE"	58	58
TOTAL	94	94

PJE - VARAS CÍVEIS - COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA (01 TURMA)	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
PJE - Coordenação Pedagógica e repasse*	30	30
TOTAL	30	30

PJE - VARAS CÍVEIS - SECRETARIA (25 TURMAS)	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
VARAS CÍVEIS - SERVIDORES - TURMA 1	30	20
VARAS CÍVEIS - SERVIDORES - TURMA 2	33	30
VARAS CÍVEIS - SERVIDORES - TURMA 3 - ABREU E LIMA	30	26
VARAS CÍVEIS - SERVIDORES - TURMA 4	30	29
PJE - VARAS CÍVEIS - SERVIDORES - CARUARU	22	19
PJE - VARAS CÍVEIS - SECRETARIA - POLO RECIFE - T1	35	30
PJE - VARAS CÍVEIS - SECRETARIA - POLO RECIFE - T2	30	25
PJE - VARAS CÍVEIS - SECRETARIA - POLO RECIFE - T3	28	28
PJE - VARAS CÍVEIS - SECRETARIA - POLO RECIFE - T4	29	30
PJE - VARAS CÍVEIS - SECRETARIA - POLO RECIFE - T5	29	30
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO RECIFE - SECRETARIA - T6	30	26
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO RECIFE - SECRETARIA - T7	30	30
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO RECIFE - SECRETARIA - T8	30	29
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO CARUARU - SECRETARIA - T1	29	26
PJE - VARAS CÍVEIS - CARUARU - SECRETARIA - T2	29	26
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO CARUARU - SECRETARIA - T3	27	28
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO CARUARU - SECRETARIA - T4	28	26
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO CARUARU - SECRETARIA - T5	30	30
PJE - VARAS CÍVEIS - CARUARU - SECRETARIA - T6	30	29
PJE - VARAS CÍVEIS - CARUARU - SECRETARIA - T7	30	30
PJE - VARAS CÍVEIS - CARUARU - SECRETARIA - T8	30	30
PJE - VARAS CÍVEIS - CARUARU - SECRETARIA - T9	30	25
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO GARANHUNS - SECRETARIA - T1	12	12
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO GARANHUNS - SECRETARIA - T2	30	28
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO GARANHUNS - SECRETARIA - T3	30	28
TOTAL	721	670

PJE - VARAS CÍVEIS - GABINETE (20 TURMAS)	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
VARAS CÍVEIS - MAGISTRADOS E ASSESSORES - TURMA 1	12	14
VARAS CÍVEIS - MAGISTRADOS E ASSESSORES - TURMA 2	8	7
VARAS CÍVEIS - MAGISTRADOS E ASSESSORES - TURMA 3	24	19
VARAS CÍVEIS - MAGISTRADOS E ASSESSORES - TURMA 4	24	22
PJE - VARAS CÍVEIS - MAGISTRADOS - CARUARU	10	9
PJE - VARAS CÍVEIS - GABINETE - POLO RECIFE - T1	14	16
PJE - VARAS CÍVEIS - GABINETE - POLO RECIFE - T2	16	16
PJE - VARAS CÍVEIS - GABINETE - POLO RECIFE - T3	14	13
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO RECIFE - GABINETE - T5	15	11
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO RECIFE - GABINETE - T4	16	13
PJE - VARAS CÍVEIS - CARUARU - GABINETE - T1	18	16
PJE - VARAS CÍVEIS - CARUARU - GABINETE - T2	22	22
PJE - VARAS CÍVEIS - CARUARU - GABINETE - T3	30	29
PJE - VARAS CÍVEIS - CARUARU - GABINETE - T4	25	25
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO GARANHUNS - GABINETE - T1	12	11
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO GARANHUNS - GABINETE - T2	12	9
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO GARANHUNS - GABINETE - T3	12	9
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO GARANHUNS - GABINETE - T4	23	25
PJE - VARAS CÍVEIS - MÓDULO GABINETE - AGILIZAÇÃO PROCESSUAL	6	9
PJE - VARAS CÍVEIS - MÓDULO GABINETE - AGILIZAÇÃO PROCESSUAL	10	10
TOTAL	323	305

PJE - VARAS CÍVEIS - OFICIAIS DE JUSTIÇA (17 TURMAS)	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
PJE - OFICIAIS DE JUSTIÇA - TURMA 1	30	25
PJE - OFICIAIS DE JUSTIÇA - TURMA 2	20	12
PJE - VARAS CÍVEIS - OFICIAIS DE JUSTIÇA - POLO RECIFE - T1	17	17
PJE - VARAS CÍVEIS - OFICIAIS DE JUSTIÇA - POLO RECIFE - T2	20	17
PJE - VARAS CÍVEIS - OFICIAIS DE JUSTIÇA - POLO RECIFE - T3	21	19
POLO RECIFE PJE - OFICIAIS DE JUSTIÇA - T4	19	15
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO RECIFE - OFICIAIS DE JUSTIÇA - T5	23	21
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO CARUARU - OFICIAIS DE JUSTIÇA - T1	20	20
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO CARUARU - OFICIAIS DE JUSTIÇA - T2	20	17
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO CARUARU - OFICIAIS DE JUSTIÇA - T3	19	29
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO CARUARU - OFICIAIS DE JUSTIÇA - T4	30	28
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO CARUARU - OFICIAIS DE JUSTIÇA - T5	18	18
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO GARANHUNS - OFICIAIS DE JUSTIÇA - T1	11	11
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO GARANHUNS - OFICIAIS DE JUSTIÇA - T2	9	9
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO GARANHUNS - OFICIAIS DE JUSTIÇA - T3	20	15
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO GARANHUNS - OFICIAIS DE JUSTIÇA - T4	31	29
PJE - APA - OFICIAIS DE JUSTIÇA - JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	16	16
TOTAL	344	318

PJE - VARAS CÍVEIS - ADMINISTRADOR CEMANDO (11 TURMAS)	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
PJE - CEMANDO - GESTORES	29	16
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO RECIFE - CEMANDO - T1	17	18

PJE - VARAS CÍVEIS - POLO RECIFE - CEMANDO - T2	18	18
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO RECIFE - CEMANDO - T3	17	17
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO RECIFE - CEMANDO - T4	18	17
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO GARANHUNS - ADM CEMANDO - T1	12	11
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO GARANHUNS - ADM CEMANDO - T2	10	9
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO GARANHUNS - ADM CEMANDO - T3	14	12
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO CARUARU - CEMANDO - T1	29	29
PJE - POLO CARUARU - ADM CEMANDO - T2	30	29
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO CARUARU - CEMANDO - T3	30	29
TOTAL	224	205
PJE - VARAS CÍVEIS - PROTOCOLAMENTO (09 TURMAS)	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
PJE - PROTOCOLAMENTO	30	17
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO RECIFE - PROTOCOLAMENTO - T1	23	23
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO RECIFE - PROTOCOLAMENTO - T2	29	27
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO CARUARU - PROTOCOLAMENTO - T1	20	24
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO CARUARU - PROTOCOLAMENTO - T2	21	21
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO CARUARU - PROTOCOLAMENTO - T3	24	22
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO GARANHUNS - PROTOCOLAMENTO - T1	11	11
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO GARANHUNS - PROTOCOLAMENTO - T2	10	10
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO GARANHUNS - PROTOCOLAMENTO - T3	14	12
TOTAL	182	167
PJE - VARAS CÍVEIS - CONTADORIA (08 TURMAS)	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO RECIFE - CONTADORIA - T1	28	27
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO RECIFE - CONTADORIA - T2	28	29
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO CARUARU - CONTADORIA - T1	22	22
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO CARUARU - CONTADORIA - T2	19	18
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO CARUARU - CONTADORIA - T3	24	21
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO GARANHUNS - CONTADORIA - T1	11	11
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO GARANHUNS - CONTADORIA - T2	10	10
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO GARANHUNS - CONTADORIA - T3	14	12
TOTAL	156	150
PJE - VARAS CÍVEIS - COLÉGIO RECURSAL (01 TURMA)	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
PJE - COLÉGIO RECURSAL - MAGISTRADOS	24	24
TOTAL	24	24
PJE - CORREGEDORIA (03 TURMAS)	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
PJE - CORREGEDORIA	30	27
PJE - CORREGEDORIA - T2	18	9
PJE - CORREGEDORIA / AUDITORES DE INSPEÇÃO	25	22
TOTAL	73	58

PJE - DEFENSORIA (01 TURMA)	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
PJE - DEFENSORES	24	9
TOTAL	24	9
PJE - PROMOTORIA (01 TURMA)	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
PJE - PROMOTORES	20	12
TOTAL	20	12
PJE - PROCURADORIA (01 TURMA)	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
PJE - PROCURADORES - CARUARU	17	17
TOTAL	17	17
PJE - VARAS CÍVEIS - CAP/NAP (01 TURMA)	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO RECIFE - CAP/NAP - T1	24	15
TOTAL	24	15
PJE - ROTINAS DE PJE PARA CENTRAL DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO (01 TURMA)	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
PJE - ROTINAS DE PJE PARA CENTRAL DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO	30	30
TOTAL	30	30
PJE - VARAS CÍVEIS - JUIZADOS (01 TURMA)	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
PJE - VARAS CÍVEIS - JUIZADOS - TURMA ESPECIAL	8	7
TOTAL	8	7
PJE - 2º GRAU - CAPACITAÇÃO DOS INSTRUTORES (01 TURMA)	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
PJE - 2º GRAU - CAPACITAÇÃO DOS INSTRUTORES	28	22
TOTAL	28	22
PJE - 2º GRAU - GABINETE (32 TURMAS)	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
PJE - 2º GRAU - TURMAS CÍVEIS - MÓDULO GABINETE - T1	29	29
PJE - 2º GRAU - TURMAS CÍVEIS - MÓDULO GABINETE - T2	29	22
PJE - 2º GRAU - TURMAS CÍVEIS - MÓDULO GABINETE - T3	30	27
PJE - 2º GRAU - TURMAS CÍVEIS - MÓDULO GABINETE - T4	28	25
PJE - 2º GRAU - TURMAS CÍVEIS - DESEMBARGADOR - ALBERTO VIRGÍNIO	1	1
PJE - 2º GRAU - TURMAS CÍVEIS - DESEMBARGADOR - BARTOLOMEU BUENO	1	1
PJE - 2º GRAU - TURMAS CÍVEIS - DESEMBARGADOR - CÂNDIDO	1	1
PJE - 2º GRAU - TURMAS CÍVEIS - DESEMBARGADOR - EDUARDO PAURÁ	1	1
PJE - 2º GRAU - TURMAS CÍVEIS - DESEMBARGADOR - EDUARDO SERTÓRIO	1	1
PJE - 2º GRAU - TURMAS CÍVEIS - DESEMBARGADOR - EURICO DE BARROS	1	1
PJE - 2º GRAU - TURMAS CÍVEIS - DESEMBARGADOR - FERNANDO FERREIRA	1	1
PJE - 2º GRAU - TURMAS CÍVEIS - DESEMBARGADOR - FRANCISCO TENÓRIO	1	1
PJE - 2º GRAU - TURMAS CÍVEIS - DESEMBARGADOR - JONES FIGUEIREDO	1	1
PJE - 2º GRAU - TURMAS CÍVEIS - DESEMBARGADOR - JOSÉ FERNANDES	1	1
PJE - 2º GRAU - TURMAS CÍVEIS - DESEMBARGADOR - JOSUÉ DE SENA	1	1
PJE - 2º GRAU - TURMAS CÍVEIS - DESEMBARGADOR - JOVALDO NUNES	1	1

PJE - 2º GRAU - TURMAS CÍVEIS - DESEMBARGADOR - PATRIOTA MALTA	1	1
PJE - 2º GRAU - TURMAS CÍVEIS - DESEMBARGADOR - ROBERTO MAIA	1	1
PJE - 2º GRAU - TURMAS CÍVEIS - DESEMBARGADOR - STÊNIO NEIVA	1	1
PJE - 2º GRAU - TURMAS DIREITO PÚBLICO - MÓDULO GABINETE - T1	30	30
PJE - 2º GRAU - TURMAS DIREITO PÚBLICO - MÓDULO GABINETE - T2	30	29
PJE - 2º GRAU - TURMAS DIREITO PÚBLICO - DESEMBARGADOR - ANTENOR CARDOSO	1	1
PJE - 2º GRAU - TURMAS DIREITO PÚBLICO - DESEMBARGADOR - ERIK SIMÕES	1	1
PJE - 2º GRAU - TURMAS DIREITO PÚBLICO - DESEMBARGADOR - FRANCISCO BANDEIRA	1	1
PJE - 2º GRAU - TURMAS DIREITO PÚBLICO - DESEMBARGADOR - ITAMAR PEREIRA	1	1
PJE - 2º GRAU - TURMAS DIREITO PÚBLICO - DESEMBARGADOR - JORGE AMÉRICO	1	1
PJE - 2º GRAU - TURMAS DIREITO PÚBLICO - DESEMBARGADOR - JUIZ JOSÉ ANDRÉ (subs Des. Fernando Ferreira)	1	1
PJE - 2º GRAU - TURMAS DIREITO PÚBLICO - DESEMBARGADOR - LUIZ CARLOS FIGUEIREDO	1	1
PJE - 2º GRAU - TURMAS DIREITO PÚBLICO - DESEMBARGADOR - RAFAEL MACHADO	1	1
PJE - 2º GRAU - TURMAS DIREITO PÚBLICO - DESEMBARGADOR - RICARDO PAES BARRETO	1	1
TOTAL	204	190

PJE - 2º GRAU - SECRETÁRIOS DE SESSÃO (02 TURMAS)	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
PJE - 2º GRAU - SECRETÁRIOS DE SESSÃO - TURMA A	6	5
PJE - 2º GRAU - SECRETÁRIOS DE SESSÃO - TURMA B	13	11
TOTAL	19	16

PJE - 2º GRAU - DIRETORIA CÍVEL E CARTIS (01 TURMA)	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
PJE - 2º GRAU - TURMAS CÍVEIS - DIRETORIA CÍVEL E CARTRIS	23	21
TOTAL	23	21

PJE - 2º GRAU - TAQUIGRAFIA (01 TURMA)	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
PJE - 2º GRAU - TAQUIGRAFIA	19	23
TOTAL	19	23

PJE - 2º GRAU - CONTADORIA (01 TURMA)	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
PJE - 2º GRAU - CONTADORIA	13	13
TOTAL	13	13

PJE - 2º GRAU - TURMA RECURSAL (01 TURMA)	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
PJE - 2º GRAU - TURMA RECURSAL - CARUARU E GARANHUNS	10	8
TOTAL	10	8

QUADRO RESUMO - CAPACITAÇÕES PJE - 2016

CURSO	Vagas Oferecidas	Vagas preenchidas
PALESTRA - MUDANDO COM O PJE (03 TURMAS)	94	94
PJE - VARAS CÍVEIS - COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA (01 TURMA)	30	30
PJE - VARAS CÍVEIS - SECRETARIA (25 TURMAS)	721	670
PJE - VARAS CÍVEIS - GABINETE (20 TURMAS)	323	305
PJE - VARAS CÍVEIS - OFICIAIS DE JUSTIÇA (17 TURMAS)	344	318
PJE - VARAS CÍVEIS - ADMINISTRADOR CEMANDO (11 TURMAS)	224	205
PJE - VARAS CÍVEIS - PROTOCOLAMENTO (09 TURMAS)	182	167
PJE - VARAS CÍVEIS - CONTADORIA (08 TURMAS)	156	150
PJE - VARAS CÍVEIS - COLÉGIO RECURSAL (01 TURMA)	24	24
PJE - CORREGEDORIA (03 TURMAS)	73	58
PJE - DEFENSORIA (01 TURMA)	24	9
PJE - PROMOTORIA (01 TURMA)	20	12
PJE - PROCURADORIA (01 TURMA)	17	17
PJE - VARAS CÍVEIS - CAP/NAP (01 TURMA)	24	15
PJE - ROTINAS DE PJE PARA CENTRAL DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO (01 TURMA)	30	30
PJE - VARAS CÍVEIS - JUIZADOS (01 TURMA)	8	7
PJE - 2º GRAU - CAPACITAÇÃO DOS INSTRUTORES (01 TURMA)	28	22
PJE - 2º GRAU - GABINETE (32 TURMAS)	204	190
PJE - 2º GRAU - SECRETÁRIOS DE SESSÃO (02 TURMAS)	19	16
PJE - 2º GRAU - DIRETORIA CÍVEL E CARTIS (01 TURMA)	23	21
PJE - 2º GRAU - TAQUIGRAFIA (01 TURMA)	19	23
PJE - 2º GRAU - CONTADORIA (01 TURMA)	13	13
PJE - 2º GRAU - TURMA RECURSAL (01 TURMA)	10	8
TOTAL	2610	2404

Cursos EaD e Presenciais 2017

PJE - VARAS CÍVEIS - SECRETARIA (06 TURMAS)	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
PJE – VARAS CÍVEIS – POLO SERRA TALHADA – SECRETARIA E SEI T1	26	26	26	26
PJE – POLO SERRA TALHADA – SECRETARIA & SEI - TURMA 02	26	23	26	23
PJE – POLO SERRA TALHADA – SECRETARIA & SEI - TURMA 03	30	29	30	29
PJE – VARAS CÍVEIS – POLO PETROLINA - SECRETARIA E SEI T1	24	23	24	23
PJE – VARAS CÍVEIS – POLO PETROLINA - SECRETARIA E SEI T2	25	24	25	24
PJE – VARAS CÍVEIS – POLO PETROLINA - SECRETARIA E SEI T3	26	24	26	24
TOTAL:	157	149	157	149

PJE - VARAS CÍVEIS - GABINETE (07 TURMAS)	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
PJE – VARAS CÍVEIS – POLO SERRA TALHADA – GABINETE T1	26	22	26	22
PJE – VARAS CÍVEIS – POLO SERRA TALHADA – GABINETE T2	23	19	23	19
PJE – VARAS CÍVEIS – POLO PETROLINA - GABINETE E SEI T1	20	20	20	20
PJE – VARAS CÍVEIS - POLO PETROLINA – GABINETE E SEI T2	20	16	20	16
PJE – VARAS CÍVEIS – POLO PETROLINA - GABINETE E SEI T3	20	21	20	21
PJE – 1º GRAU – MAGISTRADOS REMOVIDOS POR EDITAL RECIFE	4	3		
PJE – 1º GRAU – MAGISTRADOS REMOVIDOS POR EDITAL CARUARU	5	5		
TOTAL:	118	106	109	98

PJE - VARAS CÍVEIS - OFICIAIS DE JUSTIÇA (05 TURMAS)	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
PJE – POLO SERRA TALHADA – OFICIAIS DE JUSTIÇA - TURMA 01	27	25		
PJE – POLO SERRA TALHADA – OFICIAIS DE JUSTIÇA - TURMA 02	30	30		
PJE – VARAS CÍVEIS – POLO PETROLINA - OFICIAIS DE JUSTIÇA - T1	25	20		
PJE – VARAS CÍVEIS – POLO PETROLINA - OFICIAIS DE JUSTIÇA T2	26	25		
PJE – VARAS CÍVEIS – POLO PETROLINA - OFICIAIS DE JUSTIÇA T3	25	23		
TOTAL:	133	123		

PJE - VARAS CÍVEIS - ADMINISTRADOR CEMANDO (02 TURMAS)	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
PJE - VARAS CÍVEIS - POLO PETROLINA - ADMINISTRAÇÃO DE CEMANDO	21	20		
PJE - VARAS CÍVEIS - SERRA TALHADA - ADMINISTRAÇÃO DE CEMANDO	26	24		
TOTAL:	47	44		

PJE - VARAS CÍVEIS - PROTOCOLAMENTO (02 TURMAS)	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
PJE – VARAS CÍVEIS – POLO SERRA TALHADA – PROTOCOLAMENTO	22	22		
PJE – VARAS CÍVEIS – POLO PETROLINA - PROTOCOLAMENTO	25	18		
TOTAL:	47	40		

PJE - VARAS CÍVEIS - CONTADORIA (02 TURMAS)	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
PJE – VARAS CÍVEIS – POLO SERRA TALHADA – CONTADORIA E SEI	20	20	20	20
PJE – VARAS CÍVEIS - POLO PETROLINA – CONTADORIA E SEI	25	24	25	24
TOTAL:	45	44	45	44

PJE - PARTIDOR (02 TURMAS)	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
PJE – PARTIDOR - APA - T1	3	3		
PJE – PARTIDOR - APA - T2	3	3		
TOTAL:	6	6		

PJE - ADMINISTRADOR SEJU (01 TURMA)	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
PJE – ADMINISTRADOR SEJU - APA	5	4		
TOTAL	5	4		

PJE - SECRETARIA - DIRETORIA DAS VARAS DE FAMÍLIA E REGISTRO CIVIL DA CAPITAL (01 TURMA)	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
APA	13	11		
TOTAL	13	11		

PJE – DIRETORIA CÍVEL (02 TURMAS)	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
PJE – DIRETORIA CÍVEL – JABOATÃO DOS GUARARAPES E OLINDA – APA	23	22		
PJE – DIRETORIA CÍVEL REGIONAL DO AGRESTE - APA	10	10		
TOTAL:	33	32		

PJE – ANALISTAS DE TESTES E NEGÓCIO DA DISIS (02 TURMAS)	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
PJE – PARA ANALISTAS DE TESTES E NEGÓCIO DA DISIS - T1	12	12		
PJE – PARA ANALISTAS DE TESTES E NEGÓCIO DA DISIS - T2	13	13		
TOTAL:	25	25		

IMPLANTAÇÃO DE CEMANDO PJE/JUDWIN	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
IMPLANTAÇÃO DE CEMANDO PJE/JUDWIN (T1 E T2)	10	15		
TOTAL:	10	15		

PJE - 2º GRAU - GABINETE (07 TURMAS)	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
PJE – 2º GRAU – 1º E 2º VICE-PRESIDÊNCIA, NURER E GABINETES	23	18		
PJE – GABINETE – 2º GRAU - CARUARU - T1	15	13		
PJE – 2º GRAU – TURMAS DIREITO PÚBLICO – DESEMBARGADOR JOSÉ IVO - APA	7	7		
PJE – 2º GRAU – TURMAS DIREITO PÚBLICO – DESEMBARGADOR ANDRÉ GUIMARÃES	1	1		
PJE – 2º GRAU – DESEMBARGADOR – CÂNDIDO SARAIVA – PARTE 2	1	1		
PJE – 2º GRAU – DESEMBARGADOR – ROBERTO MAIA - PARTE 2	1	1		
PJE – 2º GRAU – DESEMBARGADOR – PATRIOTA MALTA – PARTE 2	1	1		
TOTAL:	49	42		

PJE – 2º GRAU – OFICIAIS DE JUSTIÇA (01 TURMA)	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
PJE – 2º GRAU – OFICIAIS DE JUSTIÇA - APA	12	12		
TOTAL	12	12		

PJE – 2º GRAU – ADMINISTRAÇÃO DE CEMANDO (01 TURMA)	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
PJE – 2º GRAU – ADMINISTRAÇÃO DE CEMANDO - APA	5	5		
TOTAL	5	5		

PJE - 2º GRAU - PROTOCOLAMENTO (01 TURMA)	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
PJE - 2º GRAU - PROTOCOLAMENTO	20	19		
TOTAL:	20	19		

PJE – 2º GRAU – TURMA RECURSAL (01 TURMA)	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
PJE – 2º GRAU – TURMA RECURSAL – PETROLINA	7	7		
TOTAL	7	7		

PJE – 2º GRAU – DIRETORIA CÍVEL (01 TURMA)	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
PJE – 2º GRAU – DIRETORIA CÍVEL - APA	17	16		
TOTAL	17	16		

PJE - SESSÕES DE JULGAMENTO (36 TURMAS)	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
PJE - 2º GRAU - SIMULADO DE SESSÃO - 1ª CC	8	8		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - APA	3	3		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - APA	4	4		
PJE – 2º GRAU – SESSÃO DE JULGAMENTO - (5ª CC) - APA	4	4		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - (1ª e 6ª CC) - APA	5	5		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO (3ª e 5ª CC e 2ª CDP) - APA	12	12		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - (1ª e 6ª CC) - APA	8	8		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - (5ª CC) - APA	4	4		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - (2ª CC) - APA	4	4		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - (4ª CC) - APA - T13	2	2		
PJE - 2º GRAU - SESSÕES DE JULGAMENTO - APA - (3ª CDP - 18/07 - M)	4	4		
PJE - 2º GRAU - SESSÕES DE JULGAMENTO - (1ª, 2ª e 6ª CC) - APA	8	8		
PJE - 2º GRAU - SESSÕES DE JULGAMENTO - (3ª CDP e 5ª CC) - APA	8	8		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - (3ª, 4ª CC e 2ª CDP) - APA - T19	2	2		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - (3ª CDP) - APA - T22	4	4		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - (5ª - CC) - APA - T23	5	5		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - (3ª e 4ª CC e 2ª CDP) - APA - T24	10	10		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - (3ª CDP) - APA - T25	4	4		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - (5ª CC) - APA - T26	4	6		

PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - (1ª, 6ª CC e 3ª CDP) - APA - T27	4	4		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - (2ª CEC e 2ª CC) - APA - T28	4	1		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - (3ª CC, 4ª CC e 2ª CDP) - APA - T29	10	10		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - (3ª CDP) - APA	4	4		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - (6ª CC e 1ª CDP) - APA	5	5		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - (5ª CC e 4ª CDP) - APA	8	8		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - (3ª CC e 2ª CDP) - APA	8	8		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - APA	12	12		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - (2ª e 6ª CC) - APA	8	8		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - APA	8	16		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - APA	4	4		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - (3ª, 4ª CC e 2ª CDP) - APA	12	11		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - (6ª CC e 1ª CDP) - APA	8	3		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - (5ª CC e 3ª CDP) - APA	8	12		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO (2ªcc) - APA	4	4		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - APA	4	7		
PJE – 2º GRAU – SESSÕES DE JULGAMENTO - APA	4	5		
TOTAL:	218	227		

PJE - 2º GRAU PRECATÓRIOS (06 TURMAS)	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
PJE – 2º GRAU – PRECATÓRIOS - CONCEITOS INICIAIS/FLUXO FINANCEIRO	24	23		
PJE – 2º GRAU – PRECATÓRIOS – PROTOCOLADOR E DIGITALIZAÇÃO	2	3		
PJE – 2º GRAU – PRECATÓRIOS – SETOR DE CÁLCULO	7	6		
PJE – 2º GRAU – PRECATÓRIOS – ASSESSORIA	12	10		
PJE – 2º GRAU – PRECATÓRIOS – SECRETARIA	9	7		
PJE – 2º GRAU – PRECATÓRIOS – PRESIDÊNCIA	2	2		
TOTAL:	56	51		

PJE - CAP/NAP - EAD (01 TURMA)	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
PJE - CAP/NAP - EAD	68	60		
TOTAL:	68	60		

PJE – SECRETARIA - EAD (04 TURMAS)	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
PJE – SECRETARIA - EAD - T1	26	19		
PJE -SECRETARIA - EAD - T2	30	15		
PJE – SECRETARIA – EAD – T3	40	35		
PJE - SECRETARIA - EAD - T4	30	19		
TOTAL:	126	88		

PJE - ADMINISTRADOR CEMANDO - EAD (01 TURMA)	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
PJE - ADMINISTRADOR CEMANDO - EAD - T1	40	13		
TOTAL:	40	13		

IMPLANTAÇÃO DE CEMANDO PJE/JUDWIN (02 TURMAS)	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
IMPLANTAÇÃO DE CEMANDO PJE/JUDWIN - T1	5	9		
IMPLANTAÇÃO DE CEMANDO PJE/JUDWIN - T2	5	6		
TOTAL:	10	15		

EAD

TUTORIA EM EAD (02 TURMAS)	Vagas	Servidores		
TUTORIA EM EAD - T2	20	21		
TUTORIA EM EAD - T3	20	13		
TOTAL:	40	34		

GRAVAÇÃO DE AUDIÊNCIA - EAD (05 TURMAS)	Vagas	Servidores		
GRAVAÇÃO DE AUDIÊNCIA - EAD - T1	50	23		
GRAVAÇÃO DE AUDIÊNCIA - EAD - T2	107	36		
GRAVAÇÃO DE AUDIÊNCIA - EAD - T3	175	73		
GRAVAÇÃO DE AUDIÊNCIA - EAD - T4	170	71		
GRAVAÇÃO DE AUDIÊNCIA - EAD - T5	20	13		
TOTAL:	522	216		

QUADRO RESUMO - CAPACITAÇÕES PJE - 2017

CURSO	Vagas	Servidores	Vagas Ofertadas - SEI	Servidores Capacitados - SEI
PJE - VARAS CÍVEIS - SECRETARIA (06 TURMAS)	157	149	157	149
PJE - VARAS CÍVEIS - GABINETE (07 TURMAS)	118	106	109	98
PJE - VARAS CÍVEIS - OFICIAIS DE JUSTIÇA (05 TURMAS)	133	123		
PJE - VARAS CÍVEIS - ADMINISTRADOR CEMANDO (02 TURMAS)	47	44		
PJE - VARAS CÍVEIS - PROTOCOLAMENTO (02 TURMAS)	47	40		
PJE - VARAS CÍVEIS - CONTADORIA (02 TURMAS)	45	44	45	44
PJE - PARTIDOR (02 TURMAS)	6	6		
PJE - ADMINISTRADOR SEJU (01 TURMA)	5	4		
(01 TURMA)	13	11		
PJE - DIRETORIA CÍVEL (02 TURMAS)	33	32		
PJE - ANALISTAS DE TESTES E NEGÓCIO DA DISIS (02 TURMAS)	25	25		
IMPLANTAÇÃO DE CEMANDO PJE/JUDWIN	10	15		
PJE - 2º GRAU - GABINETE (07 TURMAS)	49	42		
PJE - 2º GRAU - OFICIAIS DE JUSTIÇA (01 TURMA)	12	12		
PJE - 2º GRAU - ADMINISTRAÇÃO DE CEMANDO (01 TURMA)	5	5		
PJE - 2º GRAU - PROTOCOLAMENTO (01 TURMA)	20	19		
PJE - 2º GRAU - TURMA RECURSAL (01 TURMA)	7	7		
PJE - 2º GRAU - DIRETORIA CÍVEL (01 TURMA)	17	16		
PJE - SESSÕES DE JULGAMENTO (36 TURMAS)	218	227		
PJE - 2º GRAU PRECATÓRIOS (06 TURMAS)	56	51		
PJE - CAP/NAP - EAD (01 TURMA)	68	60		
PJE - SECRETARIA - EAD (04 TURMAS)	126	88		
PJE - ADMINISTRADOR CEMANDO - EAD (01 TURMA)	40	13		
IMPLANTAÇÃO DE CEMANDO PJE/JUDWIN (02 TURMAS)	10	15		
TOTAL	1267	1154	311	291

QUADRO RESUMO - CAPACITAÇÕES EAD - 2017

CURSO	Vagas	Servidores		
TUTORIA EM EAD (02 TURMAS)	40	34		
GRAVAÇÃO DE AUDIÊNCIA - EAD (05 TURMAS)	522	216		
TOTAL	562	250		

TOTAL EAD (MOODLE + PJE)

796

411

Servidores em números

Cursos Presenciais 2016

CURSOS DELEGADOS* (VAGAS OFERTADAS: SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS)	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	234	135
PROJETO SEMOVI / SEMOV	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	1115	1002
1º FÓRUM NORTE NORDESTE DE DIREITO MÉDICO	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	280	182
APA - GRAVAÇÃO DE AUDIÊNCIA	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	338	338
APA - REGIME DIFERENCIADO DE TRABALHO (RDT)	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	13	11
APA NTA - 2ª VARA CÍVEL	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	9	8
APA SEMOVI - DIAGNÓSTICO	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	25	22
ASPECTOS AVANÇADOS DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	12	12
ATUALIZAÇÃO NO NOVO CPC	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	174	157
BACENJUD, RENAJUD E INFOJUD	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	39	30

CIJ 10 ANOS	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	320	174
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	60	42
GESTÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES JUDICIAIS	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	70	68
FOJEPE	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	24	24
EXTENSÃO SOBRE ACESSIBILIDADE	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	10	10
HUMANIZAÇÃO E EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	90	49
OFICINA DE PARENTALIDADE	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	40	35
MICROSOFT SHAREPOINT 2013 - FUNDAMENTOS	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	22	21
ORACLE DATABASE: SQL TUNING FOR DEVELOPERS	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	12	12
ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO TJPE	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	90	43
PALESTRA DIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	125	88
PJE - CORREGEDORIA (SISTEMA ELETRÔNICO)	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	14	6

PRÁXIS CARTORÁRIA DAS VARAS DE EXECUÇÃO PENAL E CÁLCULOS PENAIIS	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	19	19
PROJETO BATE-PAPO SOBRE PROGRESSÃO FUNCIONAL	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	210	148
PRÁTICAS RESTAURATIVAS: COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	40	38
TÉCNICAS DE SENTENÇA CÍVEL	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	60	55
TÓPICOS AVANÇADOS DA TEORIA DO CRIME E DA PENA	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	146	129
REINAMENTO PREPARANDO UMA INFRAESTRUTURA DE REDES OTIMIZADA	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	24	23
CERTIFICADO DIGITAL, GRAVAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PARA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E OPERAÇÃO NO JUDWIN 1º GRAU	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	43	43
MEDIAÇÃO JUDICIAL	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	102	73
ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS NAS ORGANIZAÇÕES	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	25	16
DO CONCRETO AO SENSORIAL	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	15	12
VI JORNADA PERNAMBUCANA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	183	169

EXCEL BÁSICO	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	76	57
INTRODUÇÃO A HTML, CSS, JAVASCRIPT E JQUERY	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	28	25
DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA EM LIDERANÇA	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	21	21
FAMÍLIA E FILIAÇÃO NO SÉCULO XXI	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	80	67
FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES SEMOV	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	49	39
DIREITO DA INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	250	50
RELAÇÕES DE CONSUMO NO SÉCULO XXI	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	70	36
COMUNICAÇÃO E FEEDBACK GERENCIAL	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	25	22
LAVRATURA DE ACORDOS	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	13	13
III FÓRUM NACIONAL DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	150	178
1º FÓRUM DOS MAGISTRADOS CRIMINAIS DE PERNAMBUCO	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	150	132

SEMINÁRIO "VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER"	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	66	56
DIREITO DAS SUCESSÕES NA PRÁTICA: NOÇÕES GERAIS E QUESTÕES	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	165	116
UTILIZAÇÃO DO NOVO PORTAL DO ANALISTA DA SETIC	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	23	18
MÉTODO CONSENSUAL DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	42	27
AVALIAÇÃO DE BENS	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	70	63
PROJETO CORAL TJPE	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	35	35
TUTORIA EM EAD	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	30	16
ANGULAR JS	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	26	23
I FÓRUM DAS EQUIPES INTERPROFISSIONAIS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	180	84
TOTAL	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
	5532	4272

Cursos Presenciais 2017

SEMOV	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	427	399
SEI	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	1622	1443
VII JORNADAS PERNAMBUCANAS	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	178	172
AGENTES DE PROTEÇÃO	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	19	17
AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	175	153
AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA PROCEDIMENTOS PARA O PLANTÃO	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	188	156
AUDITORIA NO REGISTRO IMOBILIÁRIO	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	35	14
AVALIAÇÃO DE BENS	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	235	214
CARTRIS	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	27	23
CLOUD SERVICE AUTOMATION 4.X ESSENTIALS	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	4	4

DIREITO DAS FAMÍLIAS, REGISTROS CIVIS E IMOBILIÁRIOS	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	26	22

DIREITO INCLUSIVO, COM ÊNFASE NO TEA	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	27	19

EXCEL - CORREGEDORIA	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	15	13

E-SOCIAL - UNIVERSAL RH	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	18	17

EXECUÇÃO NO NOVO CPC	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	91	64

FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES SEMOV	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	38	32

FÓRUM - ASPECTOS DO NOVO CPC	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	250	187

FÓRUM INTERNACIONAL JUSTIÇA RESTAURATIVA NO BRASIL	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	150	107

FÓRUM - SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	85	63

GERENCIAMENTO DE PROJETOS	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	48	44

GESTÃO, PLANEJAMENTO E LIDERANÇA	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	145	100

H4C05S-HP CLOUDSYSTEM FOUNDATION ADMINISTRATION E H4C08S-HP CLOUDSYSTEM ENTERPRISE ADMINISTRATION	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TOTAL	8	8
II FÓRUM DOS MAGISTRADOS CRIMINAIS DO TJPE - FOMACRIM	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	125	81
GRUPO TEATRAL	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	10	10
I FÓRUM DE DIREITO DO SEGURO DE PERNAMBUCO	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	35	24
IMPACTO ECONÔMICO DAS DECISÕES JUDICIAIS	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	7	1
II FÓRUM DOS MAGISTRADOS CRIMINAIS DO TJPE - FOMACRIM	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	125	81
IV FÓRUM ESTADUAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS - FOJEPE	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	45	34
JBOSS EAP 7 E OS NOVOS RECURSOS DA PLATAFORMA JAVA EE7	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	25	25
MEDIAÇÃO JUDICIAL	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL* Vagas Ofertadas*	42	69
NOVO SISTEMA ELETRÔNICO DE DIÁRIAS	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	23	23
O NOVO CPC NA PERSPECTIVA DOS ASSESSORES DE MAGISTRADOS	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	120	106

PALESTRA "BICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA"	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	32	32
OPERATIONS ORCHISTRATION 10X FLOW AUTHORIZING	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	6	4
PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO PARA ANALISTAS DE TESTES E	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	26	24
PROJETO CORAL TJPE	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	281	266
RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	25	16
RESPONSABILIDADE CIVIL	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	71	50
TUTORIA EM EAD	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	?	?
TUTELA PROVISÓRIA	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	52	43
TRIBUNAL DO JÚRI	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	70	21
VI CONGRESSO PERNAMBUCANO DE DIREITO NOTORIAL E REGISTRAL	Vagas Ofertadas	Servidores
TOTAL	50	23
RESULTADO GERAL	5075	4286

Capacitação em EaD 2016

O NOVO CÓDIGO DO PROCESSO CIVIL:DESTAQUE DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TURMA 01 - DIRETORIA CÍVEL	58	46
TURMA 02 - GABINETE	201	157
TURMA 03 - SERVIDORES 1	303	251
TURMA 04 - SERVIDORES 2	154	137
TOTAL: 04 TURMAS	716	591

Capacitação em EaD 2017

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TURMA 01	150	141
TURMA 02	300	270
TOTAL: 02 TURMAS	450	411

MEDIAÇÃO JUDICIAL NO NCPC	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TURMA 01	400	349
TURMA 02	300	245
TOTAL: 02 TURMAS	700	594

LÍNGUA PORTUGUESA PONTO A PONTO	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TURMA 01	300	278
TURMA 02	300	258
TURMA 03	500	408
TOTAL: 03 TURMAS	1100	944

RESPONSABILIDADE CIVIL E CONSUMIDOR NCPC	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TURMA 01	150	126
TURMA 02	250	194
TOTAL: 02 TURMAS	400	320

PORTUGUÊS JURÍDICO	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TURMA 01	300	246
TURMA 02	100	83
TOTAL: 02 TURMAS	400	329

DIREITO PROCESSUAL NOS JUIZADOS CÍVEIS E CRIMINAIS	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TURMA 01	300	250
TURMA 02	100	90
TOTAL: 02 TURMAS	400	340

DIREITO CIVIL EM FAMÍLIA E SUCESSÕES	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TURMA 01	200	177
TOTAL: 01 TURMA	200	177

DIREITO PENAL	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TURMA 01	250	212
TOTAL: 01 TURMA	250	212

DIREITO TRIBUTÁRIO	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TURMA 01	150	130
TOTAL: 01 TURMA	150	130

GERENCIAMENTO DE ROTINAS ADMINISTRATIVAS	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TURMA 01	200	188
TOTAL: 01 TURMA	200	188

GESTÃO DE EQUIPES	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TURMA 01	200	100
TOTAL: 01 TURMA	200	100

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TURMA 01	200	156
TOTAL: 01 TURMA	200	156

LIDERANÇA	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TURMA 01	200	129
TOTAL: 01 TURMA	200	129

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TURMA 01	200	132
TOTAL: 01 TURMA	200	132

GESTÃO PÚBLICA	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TURMA 01	100	84
TOTAL: 01 TURMA	100	84

NOVO CPC E SEUS REFLEXOS NO CÓDIGO CIVIL	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
TURMA 01	170	136
TOTAL: 01 TURMA	170	136

Quadro resumo de capacitações - EAD / Portal 2017

CURSO	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL	450	411
MEDIAÇÃO JUDICIAL NO NCPC	700	594
LÍNGUA PORTUGUESA PONTO A PONTO	1100	944
RESPONSABILIDADE CIVIL E CONSUMIDOR NCPC	400	320
PORTUGUÊS JURÍDICO	400	329
DIREITO PROCESSUAL NOS JUIZADOS CÍVEIS E CRIMINAIS	400	340
DIREITO CIVIL EM FAMÍLIA E SUCESSÕES	200	177
DIREITO PENAL	250	212
DIREITO TRIBUTÁRIO	150	130
GERENCIAMENTO DE ROTINAS ADMINISTRATIVAS	200	188
GESTÃO DE EQUIPES	200	100
LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	200	156
LIDERANÇA	200	129
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	200	132
GESTÃO PÚBLICA	100	84
NOVO CPC E SEUS REFLEXOS NO CÓDIGO CIVIL	170	136
TOTAL	5320	4382

Representação Gráfica

Capacitação de servidores 2016-2017

Dados 2016

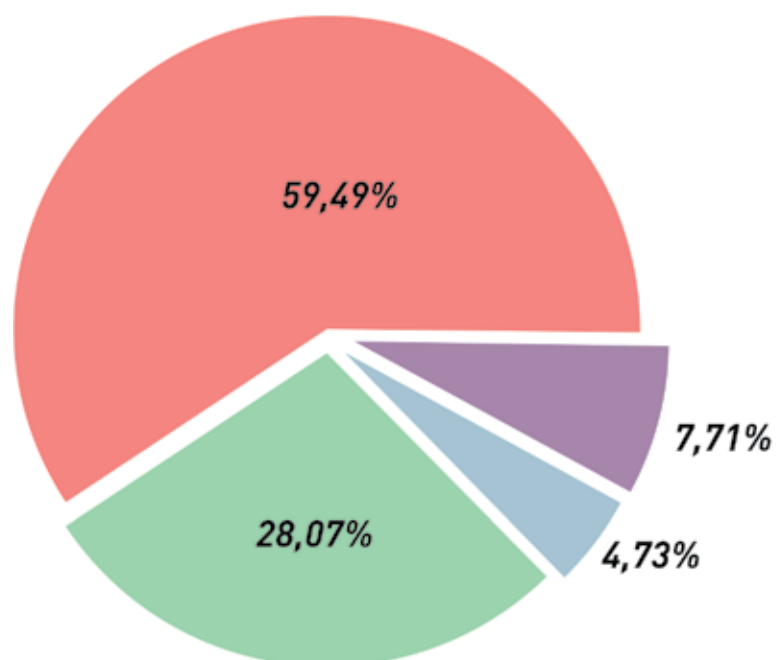
	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
Cursos de Aperfeiçoamento	5.532	4.272
PJe	2.610	2.404
Cursos de Pós-Graduação	440	440
EAD	716	591
Total	9.298	7.707

Dados 2017

	Vagas Ofertadas	Servidores Capacitados
Cursos de Aperfeiçoamento	5.075	4.286
PJe	1.033	993
Cursos de Pós-Graduação	360	360
EAD	6.116	4.793
Total	12.584	10.432

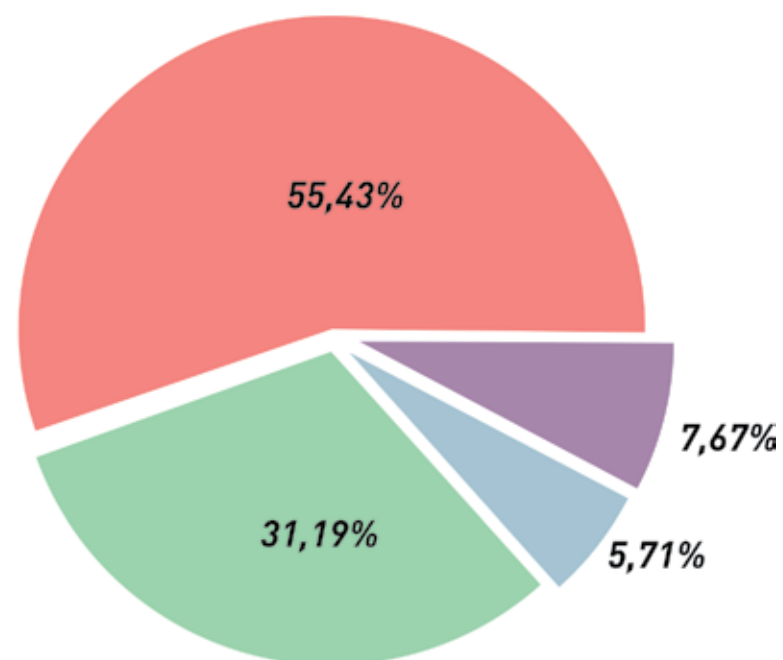
Capacitação de Servidores em 2016

Vagas Ofertadas



- Cursos de Aperfeiçoamento
- PJe
- Cursos de Pós-Graduação
- EAD

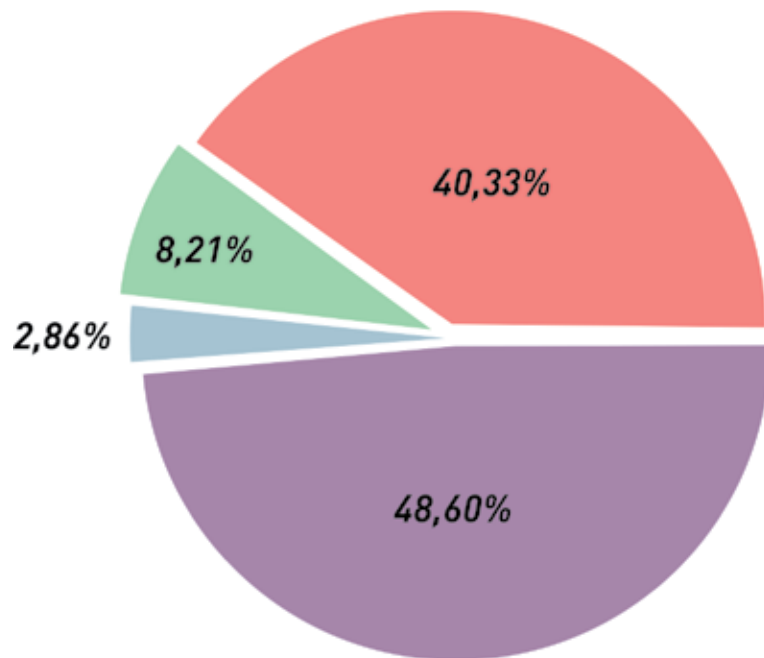
Servidores Capacitados







- Cursos de Aperfeiçoamento
- PJe
- Cursos de Pós-Graduação
- EAD

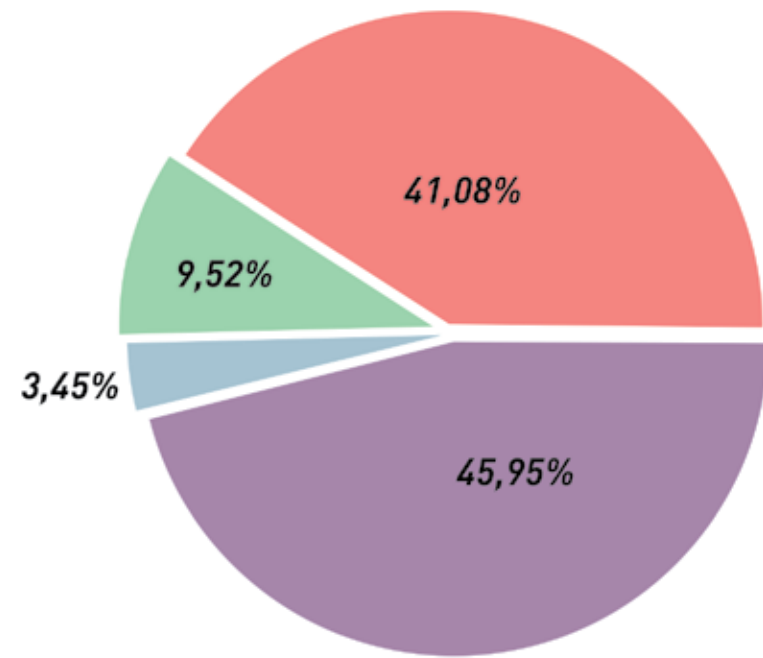
Capacitação de Servidores em 2017





Vagas Ofertadas



-  Cursos de Aperfeiçoamento
-  PJe
-  Cursos de Pós-Graduação
-  EAD

Servidores Capacitados



-  Cursos de Aperfeiçoamento
-  PJe
-  Cursos de Pós-Graduação
-  EAD

